

As Seis Lições

Ludwig von Mises

As Seis Lições

1959

*Economic Policy: Thoughts for
Today and Tomorrow*

Traduzido por:

*Miguel Mendes de Almeida
Pedro Almeida Jorge*

Título: As Seis Lições

Título original: *Economic Policy: Thoughts for Today and Tomorrow*

Autor: Ludwig von Mises

Economic Policy © 1979 by Liberty Fund, Inc.

Editorial additions and index © 1995, 2010 by Liberty Fund, Inc.

Edição © Cataláxia Editora

Tradução: Miguel Mendes de Almeida e Pedro Almeida Jorge

Revisão e paginação: Manuel Ogando

Capa: Markabranka

Impressão e acabamento: Gráfica Lousanense

1ª Edição: Lisboa, Janeiro de 2026

Depósito Legal: 556180/25

ISBN: 978-989-36411-3-2

www.catalaxia.pt



Este livro segue a grafia anterior ao Acordo Ortográfico de 1990.

This translation is published with permission from Liberty Fund, Inc.
Economic Policy was originally published in English in 1979 and
was reprinted by Liberty Fund, Inc., in 2010.

Esta tradução é publicada com autorização do Liberty Fund, Inc.
Economic Policy foi originalmente publicado em inglês em 1979 e
reimpresso pela Liberty Fund, Inc. em 2010.

Índice

<i>Prefácio</i>	<i>vii</i>
<i>1ª Lição Capitalismo</i>	<i>1</i>
<i>2ª Lição Socialismo</i>	<i>15</i>
<i>3ª Lição Intervencionismo.....</i>	<i>35</i>
<i>4ª Lição Inflação</i>	<i>52</i>
<i>5ª Lição Investimento Estrangeiro.....</i>	<i>71</i>
<i>6ª Lição Política e Ideias.....</i>	<i>87</i>
<i>Índice Onomástico e Remissivo</i>	<i>102</i>

Prefácio

O presente livro reflecte plenamente as posições fundamentais do autor, pelas qual foi – e ainda é – admirado pelos seus seguidores e injuriado pelos seus adversários. ... Embora cada uma das seis palestras possa ser encarada como um ensaio independente, a harmonia da série completa proporciona um prazer estético semelhante ao que se obtém quando se observa a arquitectura de um edificio bem concebido.

-Fritz Machlup
Princeton, 1979

No final de 1958, quando o meu marido foi convidado pelo Dr. Alberto Benegas-Lynch para ir à Argentina e dar uma série de palestras, foi-me pedido que o acompanhasse. Este livro contém, por escrito, o que o meu marido disse a centenas de estudantes argentinos nessas conferências.¹

Chegámos à Argentina alguns anos após Perón ter sido forçado a abandonar o país. Ele houvera governado de forma destrutiva e destruíra completamente as bases económicas da Argentina. Os seus sucessores não eram muito melhores. A nação estava pronta para novas ideias, e o meu marido estava igualmente pronto para as apresentar.

As suas palestras foram proferidas em inglês, na enorme sala de conferências da Universidade de Buenos Aires. Em duas

¹ As conferências foram realizadas em Junho de 1959.

salas vizinhas, as suas palavras eram simultaneamente traduzidas para espanhol para os estudantes que as ouviam com auscultadores. Ludwig von Mises falou sem quaisquer restrições sobre capitalismo, socialismo, intervencionismo, comunismo, fascismo, política económica e os perigos da ditadura. Estes jovens, que ouviam o meu marido, não sabiam muito sobre liberdade de mercado ou liberdade individual. Tal como escrevi sobre esta ocasião em *Os Meus Anos com Ludwig von Mises*, «Se alguém naquela época tivesse ousado atacar o comunismo e o fascismo como o meu marido fez, a polícia teria entrado e prendido essa pessoa imediatamente, e a assembleia teria sido interrompida.»²

A audiência reagiu como se tivesse sido aberta uma janela e uma brisa de ar fresco tivesse podido entrar nas salas. Ele falou sem quaisquer notas. Como sempre, os seus pensamentos foram guiados por apenas algumas palavras, escritas num pedaço de papel. Sabia exactamente o que queria dizer e, utilizando termos relativamente simples, conseguiu comunicar as suas ideias a um público que não conhecia a sua obra, por forma a que compreendessem exactamente o que ele estava a dizer.

As palestras foram gravadas, e as fitas foram posteriormente transcritas por uma secretária de língua espanhola, cujo manuscrito dactilografado encontrei entre os papéis póstumos do meu marido. Ao ler a transcrição, lembrei-me vivamente do entusiasmo singular com que aqueles argentinos tinham reagido às palavras do meu marido. E pareceu-me, como não-economista, que estas palestras, proferidas para um público leigo na América do Sul, eram muito mais fáceis de entender do que muitos dos escritos mais teóricos de Ludwig von Mises. Senti que elas continham tanto material valioso, tantos pensamentos importantes para hoje e para o futuro, que deveriam ser disponibilizadas ao público.

Como o meu marido nunca revira as transcrições das suas conferências para publicação em livro, essa tarefa coube-me a

² Margit von Mises, *My Years with Ludwig von Mises* (1976), p. 159.

mim. Tive o cuidado de manter intacto o sentido de cada frase, de não alterar nada do conteúdo e de preservar todas as expressões que o meu marido utilizava frequentemente e que são tão familiares aos seus leitores. A minha única contribuição foi juntar as frases e retirar algumas das pequenas palavras que se usam quando se fala informalmente. Se a minha tentativa de transformar estas conferências num livro tiver sido bem-sucedida, isso deve-se somente ao facto de, em cada frase, eu ter ouvido a voz do meu marido, tê-lo ouvido falar. Ele estava vivo para mim, vivo na forma como demonstrava claramente o mal e o perigo do excesso de governo; como descrevia de forma compreensível e lúcida as diferenças entre ditadura e intervencionismo; com quanta inteligência falava de personalidades históricas importantes; com quão poucos comentários conseguia dar vida a tempos passados.

Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer ao meu bom amigo George Koether por me ter ajudado nesta tarefa. A sua experiência editorial e a sua compreensão das teorias do meu marido foram uma grande ajuda para este livro.

Espero que estas conferências sejam lidas não só por académicos, mas também pelos muitos admiradores do meu marido entre os não-economistas. E espero sinceramente que este livro seja disponibilizado a públicos mais jovens, especialmente a estudantes do ensino secundário e universitário em todo o mundo.

Margit von Mises
Nova Iorque
Junho de 1979

1ª Lição

Capitalismo

Os termos descritivos que as pessoas usam são muitas vezes bastante enganadores. Ao falarem sobre os contemporâneos capitães de indústria e dos líderes das grandes empresas, chamam-lhes, por exemplo, o “rei do chocolate”, o “rei do algodão” ou o “rei do automóvel”. No uso desta terminologia está implícito que não se vê praticamente qualquer diferença entre os modernos capitães de indústria e aqueles reis feudais, duques ou fidalgos dos tempos antigos. Mas a diferença é de facto muito grande, pois um rei do chocolate não governa de todo, ele serve. Ele não reina sobre um território conquistado, independente dos mercados, independente dos seus clientes. O rei do chocolate – ou o rei do aço, ou o rei do automóvel ou qualquer outro rei das indústrias modernas – depende da indústria em que opera e dos clientes que serve. Este “rei” tem de manter-se nas boas graças dos seus súbditos, os consumidores; ele perderá o seu “reino” assim que deixe de estar em condições de oferecer aos seus clientes o melhor serviço e de o fornecer a um menor custo do que os outros com os quais compete.

Há duzentos anos, antes do advento do capitalismo, o estatuto social de uma pessoa era fixo desde o início até ao fim da sua vida; era herdado dos seus antepassados, e nunca mudava. Se uma pessoa nascia pobre, continuaria pobre, e se nascesse rica – ser fosse um fidalgo ou um duque – manteria o

seu feudo e a correspondente propriedade até ao resto da sua vida.

No que diz respeito à manufactura, as indústrias de processamento primitivas daquela época existiam quase exclusivamente para benefício dos ricos. A maioria das pessoas (noventa por cento ou mais da população europeia) trabalhava na terra e não tinha contacto com as indústrias transformadoras orientadas para a cidade. Este sistema rígido de sociedade feudal prevaleceu nas zonas mais desenvolvidas da Europa durante muitas centenas de anos.

O Início do Capitalismo

Contudo, à medida que a população rural se expandiu, desenvolveu-se um excedente de população no campo. Para este excedente de população sem terras ou património herdado, não havia o suficiente que fazer, nem lhes era possível trabalhar nas indústrias transformadoras; os reis das cidades negavam-lhes o acesso. O número destes “proscritos” continuava a crescer, e ninguém sabia o que fazer com eles. Eram proletários, no sentido pleno da palavra, proscritos a quem o governo apenas podia colocar numa oficina ou num abrigo dos pobres.³ Em algumas partes da Europa, especialmente nos Países Baixos e em Inglaterra, estas gentes tornaram-se tão numerosas que, pelo século XVIII, representavam uma ameaça real à manutenção do sistema social prevalecente.

Hoje, ao discutirmos condições similares em locais como a Índia ou outros países em desenvolvimento, não nos devemos esquecer de que, na Inglaterra do século XVIII, as condições eram muito piores. Naquele tempo, a Inglaterra tinha uma população de seis ou sete milhões de pessoas, mas desses seis ou sete milhões, mais de um milhão, provavelmente dois milhões, eram simplesmente pobres párias a quem o sistema social nada lhes garantia. O que fazer com estes proscritos era um dos grandes

³ No original, “*the workhouse or the poorhouse*”. (N. da T.)

problemas da Inglaterra do século XVIII.

Outro grande problema era a falta de matérias-primas. Os britânicos tiveram de se interrogar muito seriamente o seguinte: o que iremos fazer no futuro, quando as nossas florestas já não nos fornecerem a madeira necessária às nossas indústrias e ao aquecimento das nossas casas? Para as classes dominantes, esta era uma situação desesperante. Os estadistas não sabiam o que fazer, e a aristocracia rural dominante já não tinha quaisquer ideias sobre como melhorar as condições.

Foi a partir desta grave situação social que despontaram os inícios do capitalismo moderno. Houve umas quantas pessoas de entre estes proscritos, de entre esta gente pobre, que tentaram organizar algumas outras para montarem pequenas oficinas que pudessem produzir algo. Isto foi uma inovação. Estes inovadores não produziram bens caros apenas ao alcance das classes superiores; produziram bens baratos de que toda a gente necessitava. E isto constituiu a origem do capitalismo como funciona hoje em dia. Foi o *início da produção em massa*, o princípio fundamental da indústria capitalista. Enquanto as velhas indústrias transformadoras que serviam as classes mais ricas das cidades existiam quase exclusivamente para as necessidades das classes superiores, as novas indústrias capitalistas começaram a produzir coisas que podiam ser compradas pela população em geral. Era uma produção em massa para satisfazer as necessidades das massas.

Este é o princípio fundamental do capitalismo, tal como existe em todos os países com um sistema altamente desenvolvido de produção em massa; as grandes empresas,⁴ alvo dos mais fanáticos ataques dos chamados esquerdistas, produzem quase exclusivamente para satisfazer as necessidades das massas. As empresas que produzem bens de luxo somente para os que estão bem na vida não conseguem nunca atingir a magnitude das grandes empresas. Hoje em dia, são as pessoas que trabalham nas grandes fábricas os grandes

⁴ No original, “*big business*”. (N. da T.)

consumidores dos produtos vindos dessas fábricas. Esta é a diferença fundamental entre os princípios capitalistas da produção e os princípios feudais das eras precedentes.

Negócios Servem Clientes

Quando as pessoas assumem, ou afirmam, que existe diferença entre os produtores e os consumidores dos produtos das grandes empresas, estão totalmente erradas. Nos armazéns americanos ouve-se o *slogan* de que «o cliente tem sempre razão». E este cliente é a mesma pessoa que produz na fábrica aquelas coisas que são vendidas nas lojas. As pessoas que pensam que o poder das grandes empresas é enorme estão também erradas, pois as grandes empresas dependem totalmente do patrocínio daqueles que compram os seus produtos: a empresa mais gigantesca perde o seu poder e a sua influência quando perde os seus clientes.

Há 50 ou 60 anos, dizia-se em quase todos os países capitalistas que as companhias ferroviárias eram demasiado grandes e poderosas; que detinham um monopólio; que era impossível competir com elas. Alegava-se que, no campo dos transportes, o capitalismo tinha chegado a um ponto em que se tinha destruído a si mesmo, pois tinha eliminado a concorrência. O que as pessoas não tomavam em conta era o facto de que o poder das companhias ferroviárias dependia da sua capacidade de servir as pessoas melhor do que qualquer outro método de transporte. É evidente que seria ridículo competir com qualquer uma das grandes companhias ferroviárias construindo outro caminho-de-ferro paralelo à linha já existente, pois essa linha era já suficiente para as necessidades existentes. Mas, muito em breve, outros concorrentes apareceram. A liberdade de concorrência não significa que se consiga triunfar ao imitar ou ao copiar precisamente aquilo que alguém já está a fazer. A liberdade de imprensa não significa que temos o direito de copiar aquilo que outra pessoa escreveu e com isso obter o sucesso que ela devidamente mereceu por conta dos seus feitos.

Significa que temos o direito de escrever algo diferente. A liberdade de concorrência relativamente aos caminhos-de-ferro, por exemplo, significa que somos livres para inventar algo, para fazer algo, que irá afrontar os caminhos-de-ferro e colocá-los numa situação concorrencial deveras precária.

Nos Estados Unidos, a concorrência aos caminhos-de-ferro – sob a forma de autocarros, automóveis, camiões e aviões – causou-lhes dissabores e levou à sua derrota quase completa, pelo menos no que respeita ao transporte de passageiros.

O desenvolvimento do capitalismo consiste em toda a gente ter o direito de servir o cliente melhor e/ou de forma mais barata. E este método, este princípio, transformou todo o mundo num período de tempo relativamente curto. Tornou possível um aumento sem precedentes da população mundial.

Na Inglaterra do século XVIII, a terra conseguia sustentar apenas 6 milhões de pessoas com um nível de vida muito baixo. Hoje, mais de 50 milhões de pessoas desfrutam de um nível de vida muito superior àquele que até os mais ricos desfrutavam durante o século XVIII. E o actual nível de vida em Inglaterra seria provavelmente ainda mais elevado se uma grande parte da energia dos britânicos não tivesse sido desperdiçada naquelas que foram, desde vários pontos de vista, “aventuras” políticas e militares evitáveis.

São estes os factos sobre o capitalismo. Portanto, se um inglês – ou, na verdade, qualquer outro homem de qualquer outro país – diz hoje aos seus amigos que se opõem ao capitalismo, existe uma maneira maravilhosa de lhe responder: «Tu sabes que a população deste planeta é agora dez vezes maior do que era nas épocas anteriores ao capitalismo; sabes que toda a gente desfruta hoje de um padrão de vida superior ao dos seus antepassados antes do advento do capitalismo. Mas como é que sabes que serias um dos dez que sobreviveria à ausência do capitalismo? O mero facto de estares hoje vivo é a prova cabal de que o capitalismo triunfou, independentemente de considerares a tua própria vida valiosa ou não.»

Apesar de todos os seus benefícios, o capitalismo tem vindo

a ser furiosamente atacado e criticado. É necessário entendermos a origem desta antipatia. É um facto que o ódio ao capitalismo foi originado, não no seio das massas, não entre os trabalhadores, mas entre a aristocracia latifundiária – a fidalguia e a nobreza de Inglaterra e do continente europeu. Este estrato social culpou o capitalismo por algo que não lhe foi muito agradável: no início do século XIX, os salários mais altos pagos pela indústria aos seus trabalhadores forçaram a aristocracia rural a pagar salários igualmente mais elevados aos seus trabalhadores agrícolas. A aristocracia atacou as indústrias criticando o padrão de vida das massas de trabalhadores.

O Capitalismo Aumenta o Nível de Vida

É claro que, desde o nosso ponto de vista, o padrão de vida dos trabalhadores era extremamente baixo; as condições do capitalismo primordial eram absolutamente chocantes, mas não porque as indústrias capitalistas recentemente desenvolvidas tivessem lesado os trabalhadores. As pessoas contratadas para trabalhar em fábricas já vinham subsistindo em condições virtualmente sub-humanas.

A velha e famosa história, repetida centenas de vezes, de que as fábricas empregavam mulheres e crianças e que estas mulheres e crianças, antes de começarem a trabalhar nessas fábricas, viviam em condições satisfatórias, é uma das maiores falsidades da história. As mães que trabalhavam nas fábricas nada tinham para cozinhar; elas não abandonaram as suas casas e as suas cozinhas para irem para as fábricas, foram para as fábricas porque não tinham cozinhas, e mesmo que tivessem uma cozinha não tinham nada para cozinhar nessas cozinhas. E as crianças não vinham de creches confortáveis. Elas estavam a morrer à fome. E toda a conversa sobre o dito horror do capitalismo primordial pode ser refutada apenas com uma simples estatística: foi precisamente nesses anos em que o capitalismo britânico se desenvolveu, precisamente na era da chamada Revolução Industrial em Inglaterra, nos anos de 1760

a 1830, foi precisamente nesses anos em que a população em Inglaterra duplicou, o que significa que centenas de milhares de crianças – que teriam morrido nas épocas precedentes – sobreviveram e tornaram-se homens e mulheres.

Não existe qualquer dúvida de que as condições nas épocas precedentes eram muito insatisfatórias. Foram os negócios capitalistas que as fizeram melhorar. Foram precisamente essas fábricas primordiais que proporcionaram a satisfação das necessidades dos seus trabalhadores, quer tenha sido directamente ou indirectamente através da exportação de produtos e importação de alimentos e matérias-primas de outros países. Vezes sem conta, os primeiros historiadores do capitalismo falsificaram – dificilmente se pode usar uma palavra mais suave – a história.

Uma anedota que costumavam contar, muito possivelmente inventada, envolvia Benjamin Franklin. De acordo com esta história, Benjamin Franklin visitou uma fábrica de algodão em Inglaterra e o proprietário disse-lhe, cheio de orgulho: «Veja, aqui estão produtos de algodão para a Hungria.» Benjamin Franklin, ao olhar em redor, ao ver que os trabalhadores estavam pobremente vestidos, respondeu: «Porque é que não produz também para os seus próprios trabalhadores?»

Mas estas exportações a que o proprietário da fábrica se referia significavam, *efectivamente*, que ele produzia para os seus trabalhadores, pois a Inglaterra tinha de importar todas as suas matérias-primas. Não havia algodão nem em Inglaterra nem na Europa continental. Havia carência de alimentos em Inglaterra, e estes tinham de ser importados da Polónia, da Rússia, da Hungria. Estas exportações eram o pagamento pelas importações de alimentos que tornavam possível a sobrevivência da população inglesa. Muitos exemplos da história desses tempos revelam a atitude da pequena nobreza e da aristocracia para com os trabalhadores. Quero citar apenas dois exemplos: um é famoso sistema britânico “Speenhamland”. Por meio deste sistema, o governo britânico pagava a todos os

trabalhadores que não atingissem o salário mínimo (determinado pelo governo) a diferença entre os salários que recebiam e esse salário mínimo. Isto poupava a aristocracia rural ao problema de pagar salários mais elevados. A aristocracia pagaria os salários agrícolas tradicionalmente baixos, e o governo complementava-os, impedindo assim os trabalhadores de saírem das suas ocupações rurais para procurarem empregos urbanos nas fábricas.

Oitenta anos mais tarde, após a expansão do capitalismo para Europa continental, a aristocracia latifundiária reagiu uma vez mais contra o novo sistema produtivo. Na Alemanha, os Junkers prussianos, tendo perdido muitos trabalhadores para as indústrias capitalistas de salários mais altos, inventaram um termo especial para o problema: «êxodo rural» – *Landflucht*. E no parlamento alemão discutia-se o que se poderia fazer em relação a este *mal*, tal como era encarado desde o ponto de vista da aristocracia latifundiária.

O príncipe Bismarck, o famoso chanceler do Reich Alemão, disse uma vez num discurso: «encontrei um homem em Berlim que tinha trabalhado na minha propriedade, e perguntei-lhe: “Porque é que deixaste a minha propriedade; porque é que deixaste o campo; porque é que vives agora em Berlim?”» E, de acordo com Bismarck, o homem respondeu, «O senhor não tem um *Biergarten* tão bonito lá na aldeia como existe aqui em Berlim, onde nos podemos sentar, beber cerveja e ouvir música.» Esta é, está claro, uma história contada do ponto de vista do príncipe Bismarck, o patrão. Não era o ponto de vista de todos os seus empregados. Estes mudaram-se para a indústria porque a indústria lhes pagava salários mais altos e melhorou o seu padrão de vida para um nível sem precedentes.

Actualmente, nos países capitalistas, existe relativamente pouca diferença entre os elementos básicos da vida das chamadas classes altas e baixas; ambas têm comida, vestuário e abrigo. Mas, no século XVIII e antes disso, a diferença entre o homem da classe média e o homem da classe baixa era que o homem da classe média tinha sapatos e o homem da classe mais

baixa *não* tinha sapatos. Nos Estados Unidos de hoje em dia, a diferença entre o homem rico e o homem pobre significa frequentemente apenas a diferença entre um Cadillac e um Chevrolet. O Chevrolet pode ter sido adquirido em segunda mão, mas presta basicamente o mesmo serviço ao seu proprietário: também ele se pode deslocar de um ponto ao outro. Mais de 50% das pessoas nos EUA vivem em casas e apartamentos que são sua propriedade.

Os ataques contra o capitalismo – especialmente contra os salários mais elevados – partem da falsa premissa de que os salários são, em última análise, pagos por pessoas diferentes daquelas que trabalham nas fábricas. É perfeitamente admissível aos economistas e aos estudantes de teoria económica fazer uma distinção entre o trabalhador e o consumidor. Mas o facto é que qualquer consumidor tem, de uma maneira ou outra, de ganhar o dinheiro que gasta, e a imensa maioria dos consumidores são precisamente as mesmas pessoas que trabalham como empregados nas empresas que produzem as coisas que eles consomem. Os salários no capitalismo não são fixados por uma classe de pessoas diferente da classe de pessoas que recebem os salários; são as *mesmas* pessoas. *Não* é a produtora de filmes de Hollywood que paga os salários de uma estrela de cinema; são as pessoas que pagam os bilhetes de entrada das salas de cinema. *Não* é o organizador de uma partida de boxe que paga os enormes honorários aos pugilistas; são as pessoas que pagam a entrada para o combate. A distinção entre o empregador e o empregado, uma distinção feita em teoria económica, não é uma distinção na vida real; aqui, o empregador e o empregado são, em última análise, uma e a mesma pessoa.

Há em muitos países quem considere deveras injusto que um homem que tem de sustentar uma família com várias crianças receba o mesmo salário que um homem que apenas tem de se sustentar a si próprio. Mas a questão não é saber se o patrão deverá assumir uma maior responsabilidade pelo tamanho da família de um trabalhador.

A questão que devemos perguntar neste caso é: «Estarás tu, enquanto indivíduo, disposto a pagar *mais* por determinada coisa, digamos, pelo pão do dia, se te disserem que o homem que o produz tem 6 filhos?» A pessoa honesta responderá certamente pela negativa e dirá: «Em princípio pagaria, mas na prática, se custa menos, prefiro comprar o pão a um homem que não tenha filhos.» O facto é que, se os compradores não pagarem o suficiente ao patrão para que este consiga pagar aos seus trabalhadores, torna-se impossível ao patrão continuar em actividade.

O sistema capitalista foi apelidado de “capitalismo” não por um amigo deste sistema, mas por um indivíduo que o considerava ser o pior de todos os sistemas históricos, o mal mais nefasto que alguma vez assolara a humanidade. Esse homem foi Karl Marx. No entanto, não existe qualquer razão para rejeitar o termo de Marx, pois descreve com clareza a fonte das grandes melhorias sociais proporcionadas pelo capitalismo. Estas melhorias são o resultado da acumulação de capital; são baseadas no facto de as pessoas, por regra, não consumirem tudo o que produzem, no facto de pouparem – e investirem – uma parte do que produzem. Existem grandes equívocos sobre este problema e, no decurso destas palestras, terei oportunidade de lidar com os principais mal-entendidos das pessoas a respeito da acumulação de capital, do uso do capital, e das vantagens universais que se podem obter pelo seu uso. Abordarei o capitalismo particularmente nas minhas palestras sobre o investimento estrangeiro e sobre aquele que é o problema mais crítico da política da actualidade, a inflação. Como obviamente sabem, a inflação não existe apenas neste país. Constitui um problema no mundo inteiro nos dias de hoje.

Poupanças Capitalistas Beneficiam os Trabalhadores

Um facto muitas vezes incompreendido sobre o capitalismo

é que as poupanças são benéficas para todos aqueles que estão ansiosos por produzir ou por receber salários. Quando uma pessoa acumula um certo montante de dinheiro – digamos um milhão de dólares – e, em vez de o gastar, confia esses dólares a um banco ou a uma companhia de seguros, esse dinheiro vai parar às mãos de um empreendedor, de um homem de negócios, permitindo-lhe embarcar num projecto que não poderia ter sido levado a cabo no dia anterior, pois o capital necessário não estava disponível.

O que fará então o empreendedor com o capital adicional? A primeira coisa que deverá fazer, o primeiro uso que fará do capital adicional, será ir contratar trabalhadores e comprar matérias-primas – desta forma causando um *novo* aumento da procura por trabalhadores e por matérias-primas, bem como uma tendência para salários mais altos e preços mais elevados das matérias-primas. Muito antes de o aforrador ou o empresário obterem qualquer lucro de tudo isto, o trabalhador desempregado, o produtor de matérias-primas, o agricultor e o assalariado todos partilham dos benefícios das poupanças adicionais.

Quando é que o empresário retirará algo do projecto dependerá do estado futuro do mercado e da sua habilidade em antecipar correctamente o estado futuro do mercado. Mas os trabalhadores, bem como os produtores das matérias-primas, conseguem os benefícios imediatamente. Muito foi dito, há 30 ou 40 anos, sobre a dita “política de salários” de Henry Ford. Um dos grandes feitos do Sr. Ford foi que pagava salários mais elevados do que outros industrialistas. A sua política salarial foi descrita como uma “invenção”. Contudo, não se pode dizer que esta nova política “inventada” tenha sido simplesmente resultado da liberalidade do Sr. Ford. Um novo ramo de negócio, ou uma nova fábrica num ramo de negócio já existente, tem de atrair trabalhadores de *outros* empregos, de outras partes do país, e até mesmo de outros países. E a única maneira de o fazer é oferecer aos trabalhadores salários mais elevados pelo seu trabalho. Foi isto que aconteceu nos primórdios do capitalismo

e é o que acontece ainda hoje em dia.

Quando os manufactureiros da Grã-Bretanha começaram pela primeira vez a produzir bens de algodão, pagavam mais aos seus trabalhadores do que eles ganhavam anteriormente. É claro que uma grande percentagem destes novos trabalhadores não ganhava nada antes e estes estavam dispostos a receber qualquer coisa que lhes oferecessem. Mas pouco tempo depois – assim que se foi acumulando cada vez mais capital e cada vez mais empresas se foram desenvolvendo – os salários começaram a subir, e o resultado foi o crescimento sem precedentes da população britânica de que falei há pouco.

A descrição depreciativa que algumas pessoas fazem do capitalismo como sendo um sistema feito para tornar os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres está errada do início ao fim. A tese de Marx sobre o advento do socialismo baseava-se no pressuposto de que os trabalhadores *estavam* a ficar cada vez mais pobres, que as massas *estavam* a ficar cada vez mais destituídas, e de que finalmente toda a riqueza da nação ficaria concentrada numas poucas mãos ou nas mãos de um único homem. Então as massas dos trabalhadores empobrecidos iriam finalmente revoltar-se e expropriariam as riquezas dos proprietários ricos. De acordo com esta doutrina de Karl Marx, não pode haver qualquer possibilidade, qualquer oportunidade, dentro do sistema capitalista, para qualquer melhoria das condições dos trabalhadores.

Em 1864, ao discursar perante a Associação Internacional dos Trabalhadores⁵ em Inglaterra, Marx disse que a crença de que os sindicatos poderiam melhorar as condições da população trabalhadora «estava completamente errada». A política sindical de exigir melhores salários e menos horas de trabalho ele designou-a de *conservadora* – sendo o conservadorismo, obviamente, o termo mais condenatório que Marx poderia usar. Ele sugeriu que os sindicatos estabelecessem um novo objectivo *revolucionário*: «abolir por completo o sistema

⁵ Também conhecida por Primeira Internacional. (N. da T.)

de salários» e substituir o sistema da propriedade privada pelo “socialismo”, pela propriedade governamental dos meios de produção.

Se olharmos para a história do mundo, e especialmente para a história da Inglaterra desde 1865, compreendemos que Marx estava errado em todos os aspectos. Não existe qualquer país ocidental e capitalista em que as condições das massas não tenham melhorado de uma forma sem precedentes. Todas estas melhorias dos últimos 80 ou 90 anos aconteceram *apesar* dos prognósticos de Karl Marx. Os socialistas marxistas acreditavam que as condições dos trabalhadores nunca poderiam ser melhoradas, pois seguiam uma teoria falsa, a famosa “lei de ferro dos salários” – a lei que afirmava que o salário de um trabalhador, no capitalismo, não excederia o montante necessário para a sua sobrevivência ao serviço da empresa.

Os marxistas formulavam a sua teoria da seguinte forma: se os salários dos trabalhadores sobem acima do nível de subsistência, estes terão mais crianças; e estas crianças, quando entram na força de trabalho, fazem aumentar o número de trabalhadores até um ponto em que salários acabam por descer, trazendo de novo os trabalhadores para o nível de subsistência – aquele mínimo nível de subsistência que apenas evita que a população trabalhadora pereça. Mas esta ideia de Marx, e de muitos outros socialistas, conceptualiza o trabalhador precisamente da mesma forma que os biólogos – correctamente – o fazem ao estudarem os animais – os ratos, por exemplo.

Se se aumenta a quantidade de comida disponível para os organismos animais ou para os micróbios, um maior número deles irá sobreviver. E se se restringe a sua comida, restringe-se o seu número. Mas o homem é diferente. Mesmo o trabalhador – embora os marxistas não o reconheçam – tem necessidades humanas para além da nutrição e da reprodução da sua espécie. Um aumento dos salários reais não resulta apenas no aumento da população, mas também, e em primeiro lugar, numa *melhoria do padrão médio de vida*. E é por causa disto que temos hoje um padrão de vida superior na Europa Ocidental e nos EUA do que

nos países em desenvolvimento de África, por exemplo.

Contudo, devemos compreender que este padrão de vida superior depende da oferta de capital. Isto explica a diferença entre as condições nos EUA e na Índia; os métodos modernos de combate às doenças infecciosas foram introduzidos na Índia – pelo menos, em certa medida – e o efeito foi um aumento sem precedentes da população, mas como este aumento da população não foi acompanhado de um aumento correspondente do montante de capital investido, o resultado foi um aumento da pobreza. *Um país torna-se mais próspero na proporção do aumento do capital investido por unidade da sua população.*

Espero nas minhas seguintes palestras ter oportunidade de abordar em maior detalhe estes problemas e conseguir esclarecê-los, pois alguns destes termos – tais como “o capital investido *per capita*” – exigem uma explicação bastante detalhada.

Porém, é preciso que se lembrem que, em política económica, não há milagres. Certamente já terão lido em muitos jornais e em discursos falar-se do dito “milagre económico alemão” – a recuperação da Alemanha após a sua derrota e destruição da II Guerra Mundial. Mas este não foi nenhum milagre. Foi a aplicação dos *princípios da economia de livre-mercado*, dos métodos do capitalismo, mesmo que não tenham sido aplicados totalmente em todos os aspectos. Todos os países podem experimentar o mesmo “milagre” de recuperação económica, embora eu deva insistir que a recuperação económica *não* advém de um milagre; vem da adopção – e é o resultado – de políticas económicas sensatas.

2ª Lição

Socialismo

Estou aqui em Buenos Aires como convidado do Centro de Difusión de la Economía Libre.⁶ O que é a *economía libre*? O que significa este sistema de liberdade económica? A resposta é simples: é a economia de mercado, é o sistema no qual a cooperação dos indivíduos na divisão social do trabalho é alcançada pelo mercado. Este mercado não é um local; é um *processo*, é a maneira pela qual, pela compra e venda, pela produção e consumo, os indivíduos contribuem para o funcionamento global da sociedade.

Ao lidar com este sistema de organização económica – a economia de mercado – usamos o termo “liberdade económica”. Muitas vezes, as pessoas não compreendem o que isto significa. Acreditam que a liberdade económica é algo totalmente diferente das outras liberdades, e que essas outras liberdades – que consideram ser mais importantes – podem ser preservadas mesmo na ausência da liberdade económica. O significado de liberdade económica é este: significa que o indivíduo está em posição de *escolher* a maneira pela qual ele se deseja integrar na totalidade da sociedade. O indivíduo pode escolher a sua carreira, é livre de fazer aquilo que *quer* fazer.

Não se trata, evidentemente, do sentido que tantas pessoas atribuem hoje à palavra liberdade; trata-se antes do sentido em

⁶ Mais tarde, Centro de Estudios sobre la Libertad.

que, através da liberdade económica, o homem se liberta das condições naturais. Na natureza, não há nada que possa ser chamado de liberdade, há apenas a regularidade das leis da natureza, às quais o homem deve obedecer se quiser obter alguma coisa.

Liberdade na Sociedade

Ao usarmos o termo liberdade na sua aplicação aos seres humanos, pensamos apenas em liberdade *dentro* da sociedade. Porém, hoje em dia, as liberdades sociais são consideradas por muitas pessoas como independentes umas das outras. Aqueles que hoje se denominam de “liberais” pedem políticas que são precisamente o oposto daquelas políticas que os liberais do século XIX defendiam nos seus programas liberais. Os ditos liberais de hoje mantêm essa ideia muito popular de que a liberdade de expressão, de pensamento, de imprensa, a liberdade religiosa, a liberdade de não haver prisão sem julgamento – de que todas essas liberdades podem ser preservadas na ausência daquilo que se designa de liberdade económica. Não compreendem que, num sistema em que não existe mercado, onde o governo dirige tudo, todas as outras liberdades são ilusórias, mesmo que estas estejam consagradas em leis e redigidas em constituições.

Vamos tomar como exemplo uma dessas liberdades, a liberdade de imprensa. Se o governo for proprietário de todas as máquinas de impressão, ele poderá determinar tudo o que deve ou não ser impresso. E se o governo for proprietário de todas as tipografias e determinar o que deve ou não ser impresso, então a possibilidade de imprimir quaisquer argumentos opostos às ideias do governo torna-se praticamente inexistente. A liberdade de imprensa desaparece. E o mesmo acontece com todas as outras liberdades.

Numa economia de mercado, o indivíduo tem a liberdade de escolher qual a carreira que deseja prosseguir, de escolher a sua maneira de se integrar na sociedade. Mas, num sistema

socialista, tal não acontece: a sua carreira é decidida por decreto do governo. O governo pode ordenar que as pessoas que não são do seu agrado, que não quer que habitem em certas regiões, tenham de se mudar para outras regiões e para outros locais. E o governo está sempre em posição de justificar este procedimento declarando que o plano governamental exige a presença deste eminente cidadão a 5000 quilómetros daquele local em que poderia ser desagradável para os que ocupam o poder.

É verdade que a liberdade que um homem pode ter numa economia de mercado não é uma liberdade perfeita do ponto de vista metafísico. Mas a liberdade perfeita é algo que não existe. A liberdade tem significado apenas num enquadramento social. Os autores do século XVIII da “lei natural” – acima de todos, Jean-Jacques Rousseau – acreditavam que algures, num passado remoto, os homens desfrutavam de algo chamado de liberdade “natural”. Mas nessas eras remotas, os indivíduos não eram livres: estavam à mercê de todos aqueles que fossem mais fortes do que eles. A famosas palavras de Rousseau, «O homem nasce livre, mas em todo o lado se encontra acorrentado», podem soar bem, mas na verdade o homem *não* nasce livre. O homem nasce um ser muito débil. Sem a protecção dos seus pais, sem a protecção dada aos seus pais pela sociedade, não seria capaz de preservar a sua vida.

A liberdade em sociedade significa que uma pessoa depende tanto das outras pessoas como as outras pessoas dependem dela. A sociedade numa economia de mercado, numa “economía libre”, significa um estado de coisas em que toda a gente serve os seus semelhantes e é servida por eles em troca. As pessoas acreditam que na economia de mercado há patrões que são independentes da boa vontade e do apoio das outras pessoas. Acreditam que os capitães de indústria, os empresários, os homens de negócios são os verdadeiros patrões do sistema económico. Mas isso é uma ilusão. Os verdadeiros patrões do sistema económico são os consumidores. E se os consumidores param de patrocinar um ramo de negócio, estes

empresários ou são forçados a abandonar a sua posição eminente no sistema económico ou ajustam as suas acções aos desejos e às ordens dos consumidores.

Uma das mais conhecidas propagandistas do comunismo foi Lady Passfield, sob o seu nome de solteira Beatrice Potter, e conhecida também por via do seu marido, Sidney Webb. Esta senhora era filha de um empresário rico e, quando era jovem, trabalhou como secretária do seu pai. Nas suas memórias, escreve que «na empresa do meu pai, toda a gente tinha de obedecer às ordens dadas pelo meu pai, o patrão. Só ele é que tinha de dar ordens, mas a ele ninguém lhe dava ordens nenhuma.» Esta é uma visão deveras redutora. O seu pai recebia ordens, mas eram dadas pelos consumidores, pelos compradores. Infelizmente, ela não conseguia ver estas ordens; não conseguia ver o que se passa numa economia de mercado, pois estava interessada apenas nas ordens dadas entre paredes, no escritório ou na fábrica do seu pai.

Em todos os problemas económicos, temos sempre de nos lembrar das palavras do grande economista francês Frédéric Bastiat, que intitulou um dos seus mais brilhantes ensaios “*Ce qu’ on voit et ce qu’ on ne voit pas*” (“O que se vê e o que não se vê”). Para compreendermos a operação de um sistema económico, não podemos considerar apenas as coisas que se conseguem ver, mas também temos de prestar atenção àquelas coisas que não são directamente perceptíveis. Por exemplo, uma ordem emitida por um patrão a um estagiário pode ser ouvida por toda a gente que está presente na sala. O que não se consegue ouvir são as ordens dadas aos patrões pelos consumidores.

Os Consumidores São os Patrões

O facto é que, no sistema capitalista, os patrões finais são os consumidores. O soberano não é o estado, são as pessoas. E a prova de que estas são soberanas emana do facto de que estas têm o direito de serem idiotas. É este o privilégio do soberano. Este tem o direito de cometer erros, ninguém o pode impedir de os

cometer, mas obviamente terá de pagar por esses erros. Se dizemos que o consumidor é supremo ou que o consumidor é soberano, não dizemos que o consumidor é imaculado, que o consumidor é uma pessoa que sabe sempre aquilo que é melhor para si. Os consumidores muitas vezes compram coisas ou consomem coisas que não deveriam comprar ou que não deveriam consumir.

Mas a noção de que uma forma capitalista de governo pode impedir as pessoas de se magoarem a elas próprias através do controlo do seu consumo é falsa. A ideia do governo como uma autoridade paternal, como o guardião de toda a gente, é a ideia daqueles que defendem o socialismo. Nos Estados Unidos, há uns anos, o governo tentou fazer algo a que se chamou “uma experiência nobre”. Esta experiência nobre era uma lei que tornava ilegal comprar ou vender bebidas intoxicantes. É certamente verdade que existem muitas pessoas que bebem demasiado brandy e whisky, e que se podem prejudicar ao fazê-lo. Algumas autoridades nos Estados Unidos opõem-se até ao acto de fumar. Certamente existem muitas pessoas que fumam demasiado e que fumam apesar do facto de que seria melhor para si que não o fizessem. Isto levanta uma questão que vai bem para além da discussão económica: trata-se de mostrar o que a liberdade verdadeiramente significa.

É verdade que seria bom impedir que as pessoas se prejudiquem através do consumo excessivo de álcool ou de tabaco. Mas mal admitamos isto, haverá outras pessoas que dirão: «será que só o corpo importa? Não será a mente algo muito mais importante? Não será a mente o verdadeiro dom humano, a verdadeira característica humana?» Se concedemos ao governo o direito de determinar o consumo do corpo humano, de determinar se alguém pode ou não fumar, se pode ou não beber, deixamos de ter qualquer boa resposta para as pessoas que dizem: «Mais importante do que o corpo é a mente e a alma, e uma pessoa prejudica-se muito mais ao ler maus livros, ao ouvir má música e ao ver maus filmes. É, portanto, dever do governo impedir as pessoas de cometerem estes erros.»

E, como sabem, durante muitas centenas de anos, os governos e as autoridades acreditavam que este era realmente o seu dever. E isso não aconteceu apenas em tempos distantes; há não muito tempo, um governo na Alemanha considerava ser um dever governamental distinguir entre boas e más pinturas – o que, obviamente, significa boas ou más desde o ponto de vista de um homem que, na sua juventude, não tinha conseguido passar no exame de admissão na Academia das Artes em Viena; boas ou más desde o ponto de vista de um pintor de postais, Adolf Hitler. E, assim, passou a ser ilegal as pessoas expressarem outras perspectivas sobre arte e pintura que não as dele, o supremo Führer.

Assim que começamos a admitir que é dever do governo controlar o nosso consumo de álcool, o que podemos nós responder àqueles que dizem que o controlo dos livros e das ideias é muito mais importante?

Liberdade significa realmente *a liberdade de cometer erros*. É isto que temos de compreender. Podemos ser altamente críticos a respeito da forma como os nossos concidadãos gastam o seu dinheiro e vivem as suas vidas. Podemos acreditar que aquilo que estão a fazer é totalmente estúpido e errado, mas, numa sociedade livre, existem diversas maneiras de as pessoas transmitirem as suas opiniões sobre como os seus concidadãos deveriam mudar os seus modos de vida. Podem escrever livros; podem escrever artigos; podem fazer discursos; podem até pregar em esquinas se quiserem – e é isso que fazem em muitos países. Mas o que não devem é tentar policiar as outras pessoas para as impedir de fazerem certas coisas simplesmente por não quererem que essas outras pessoas tenham a liberdade de as fazer.

Estatuto Social

É esta a diferença entre a escravidão e a liberdade. O escravo tem de fazer aquilo que o seu superior ordena, mas o cidadão livre – e é isto o que significa a liberdade – está numa posição de

escolher o seu próprio modo de vida. É certo que este sistema capitalista pode ser abusado, e é abusado, por certas pessoas. É certamente possível que se façam certas coisas que não deveriam ser feitas. Mas se estas coisas são aprovadas pela maioria da população, uma pessoa que não concorde pode sempre tentar convencer os seus concidadãos a mudarem de opinião. Pode tentar persuadi-los, convencê-los, mas não pode tentar forçá-los pelo uso da força, pelo uso do poder policial governamental.

Na economia de mercado, toda a gente serve os seus cidadãos ao servir-se a si própria. Era isto que os autores liberais do século XVIII tinham em mente quando falavam da harmonia dos interesses correctamente entendidos de todos os grupos e de todos os indivíduos da população. E foi a esta doutrina da harmonia de interesses que os socialistas se opuseram. Eles falavam de um “conflito de interesses irreconciliável” entre os vários grupos.

O que significa isto? Quando Karl Marx, no primeiro capítulo do *Manifesto Comunista*, o pequeno panfleto que inaugurou o seu movimento socialista, declarou que havia um conflito de interesses irreconciliável entre as classes, ele não foi capaz de ilustrar esta sua tese com outros exemplos que não aqueles retirados das condições da sociedade pré-capitalista. Nos tempos pré-capitalistas, a sociedade estava dividida em grupos de estatuto hereditário, aquilo que na Índia se designa como “castas”. Numa sociedade baseada no estatuto (*status*), uma pessoa não nascia francesa, por exemplo; nascia como membro da aristocracia francesa, da burguesia francesa ou do campesinato francês. Durante a maior parte da Idade Média, seria simplesmente serva. E a servidão, em França, apenas desapareceu por completo após a Revolução Americana. Em outras partes da Europa, desapareceu ainda mais tarde.

Mas a pior forma de servidão que existiu – e continuou a existir mesmo após a abolição da escravatura – foi nas colónias britânicas. O indivíduo herdava o estatuto social dos seus pais e mantinha-o durante toda a sua vida. E transferia-o para os seus

filhos. Cada grupo tinha os privilégios e desvantagens. Os grupos superiores apenas tinham privilégios, e os grupos inferiores apenas desvantagens. Não havia possibilidade de uma pessoa se conseguir livrar das desvantagens legais que lhe eram impostas pelo seu estatuto, a não ser travando uma batalha política contra as outras classes. Nestas condições, podemos dizer que existia um “conflito de interesses irreconciliável entre os donos dos escravos e os escravos”, pois os escravos queriam ver-se livres da escravatura, da sua qualidade de escravos. Tal significava, contudo, uma perda para os donos. Havia pois, indubitavelmente, um conflito irreconciliável entre os membros das várias classes.

Não nos podemos esquecer que, naquelas épocas, quando as sociedades baseadas no estatuto eram predominantes na Europa, bem como nas colónias que os europeus mais tarde fundaram na América, as pessoas não sentiam qualquer ligação especial às outras classes do seu próprio país; sentiam muito maior ligação aos membros da sua própria classe nos outros países. Um aristocrata francês não olhava para os franceses das classes baixas como seus concidadãos; eles eram da “ralé”, a qual ele não apreciava. Apenas os aristocratas dos outros países – os da Itália, de Inglaterra e da Alemanha, por exemplo – eram reconhecidos como iguais aos seus olhos.

O aspecto mais visível deste estado de coisas era o facto de os aristocratas de toda a Europa falarem a mesma língua. E esta era a língua francesa, uma língua que não era entendida, fora de França, por mais ninguém a não ser pelos aristocratas. As classes médias – a burguesia – falavam a sua própria língua, enquanto as classes mais baixas – o campesinato – usavam dialectos locais que muitas vezes não eram compreendidos por outros grupos da população. O mesmo era verdade para a forma como as pessoas se vestiam. Quando se viajava em 1750 de um país para outro, descobria-se que as classes altas, os aristocratas, se vestiam habitualmente da mesma maneira por toda a Europa, enquanto as classes inferiores se vestiam de forma diferente. Quando se encontrava alguém na rua,

conseguia-se perceber imediatamente – pela forma como se vestia – a que classe, a que estatuto pertencia.

É difícil imaginar o quão diferentes eram estas condições comparativamente às da actualidade. Quando eu chego à Argentina vindo dos Estados Unidos da América e vejo um homem na rua, não consigo perceber qual é o seu estatuto social. Posso apenas assumir que é um cidadão argentino e que não pertence a um qualquer grupo legalmente restrito. Isto foi algo trazido pelo capitalismo. Claro que também no capitalismo existem diferenças: diferenças de riqueza, que os marxistas erradamente consideram equivalentes às antigas diferenças que existiam entre as pessoas nas sociedades baseadas no estatuto social.

Mobilidade Social

As diferenças numa sociedade capitalista não são as mesmas que numa sociedade socialista. Na Idade Média – e, em muitos países, até muito mais tarde – uma família podia ser uma família aristocrata e possuir uma grande riqueza, podia ser uma família de duques, durante centenas e centenas de anos, independentemente das suas qualidades, dos seus talentos, do seu carácter ou moral. Mas, nas condições capitalistas modernas, existe aquilo que os sociólogos descreveram tecnicamente como “mobilidade social”. O princípio funcional desta mobilidade social, de acordo com o sociólogo e economista italiano Vilfredo Pareto, é *“la circulacion des élites”* (a circulação das elites). Isto significa que existem sempre algumas pessoas que estão no topo, que são ricas, que são politicamente importantes, mas essas pessoas – essas elites – estão continuamente a mudar.

Isto é perfeitamente verdade numa sociedade capitalista. Não o era numa sociedade pré-capitalista baseada no estatuto social. As famílias que eram consideradas as grandes famílias aristocratas da Europa são ainda hoje as mesmas famílias ou, melhor dizendo, são as descendentes das famílias que eram predominantes na Europa há 800 ou 1000 anos. Os Capetos de

Bourbon – que durante muito tempo reinaram aqui na Argentina – já eram uma casa real no século XX. Estes reis dominaram o território que é hoje em dia conhecido como Ilha de França⁷, estendendo o seu reinado geração após geração. Mas, numa sociedade capitalista existe constante mobilidade – há pessoas pobres a tornarem-se ricas e descendentes de pessoas ricas a perderem a sua riqueza e a tornarem-se pobres.

Vi hoje numa livraria de uma das ruas centrais de Buenos Aires a biografia de um empresário que era tão eminente, tão importante, tão característico do grande capital do século XIX na Europa que, mesmo neste país, tão longe da Europa, a livraria possuía vários exemplares da sua biografia. Acontece que conheço o neto deste homem. Ele tem o mesmo nome do seu avô e ainda hoje tem o direito de usar o título nobiliárquico que o seu avô – que começou como ferreiro – recebeu há 80 anos. Mas, hoje, este seu neto é um pobre fotógrafo na cidade de Nova Iorque.

Existem outras pessoas, que eram pobres na altura em que o avô deste fotógrafo se tornou um dos maiores industriais da Europa, e que são hoje os capitães da indústria. Toda a gente é livre de mudar o seu estatuto. É esta a diferença entre o sistema de *status* e o sistema capitalista da liberdade económica, no qual toda a gente apenas se pode culpar a si própria se não consegue atingir a posição que deseja atingir.

O industrial mais famoso do século XX até agora é Henry Ford. Ele começou com umas centenas de dólares que pedira emprestado aos amigos e, num curtíssimo espaço de tempo, desenvolveu uma das mais importantes empresas de grande escala do mundo. É possível descobrir centenas destes casos todos os dias.

Todos os dias o *New York Times* publica longas notícias de pessoas que morreram. Se lerem estas biografias, é bem possível que se deparem com o nome de um eminente empresário que começou como vendedor de jornais nas esquinas de Nova

⁷ Em francês, Île-de-France. (N. da T.)

lorque. Ou que começou como moço de recados e que, aquando da sua morte, era o presidente da mesma empresa onde havia começado no degrau mais baixo da hierarquia. É claro que nem toda a gente consegue atingir estas posições. Nem toda a gente as quer atingir. Há pessoas que estão mais interessadas noutros problemas e, para essas pessoas, estão hoje abertas outras vias que não estavam nos dias da sociedade feudal, nas eras da sociedade baseada no estatuto.

Planeamento Governamental

O sistema socialista, porém, *proíbe* esta liberdade fundamental de cada um escolher a sua carreira. Sob condições socialistas, existe somente uma autoridade económica, e esta tem o direito de determinar todos os aspectos relativos à produção.

Uma das facetas características do nosso tempo é a de as pessoas usarem diversos nomes para a mesma coisa. Um dos sinónimos para socialismo e comunismo é o termo “planeamento”. Quando as pessoas falam de “planeamento”, referem-se, obviamente, a planeamento *central*, que significa: *um plano feito pelo governo* – um plano que impede que qualquer pessoa, a não ser o governo, possa planear.

Uma senhora inglesa, que também é membro da Câmara Alta, escreveu um livro intitulado *Plan or No Plan* [Com Plano ou Sem Plano], um livro que foi muito popular no mundo inteiro.⁸ O que significa o título do seu livro? Quando ela fala de “plano”, refere-se somente ao tipo de plano preconizado por Lenine e Estaline e pelos seus sucessores, o tipo de plano que governa todas as actividades de todas as pessoas de uma nação. O que esta senhora tem em mente é um plano central que exclua todos os planos pessoais que as pessoas possam ter. O seu título *Plan or no Plan* é, portanto, uma ilusão, um engodo; a alternativa não é entre um plano central ou nenhum plano, é entre um *plano*

⁸ Barbara Wootton, *Plan or No Plan* (1935).

total de uma autoridade governamental central ou a *liberdade* dos indivíduos de fazerem os seus próprios planos, de fazerem o seu próprio planeamento. O indivíduo planeia a sua vida, todos os dias, mudando os seus planos diários sempre que quiser.

A pessoa livre planeia diariamente as suas necessidades; diz, por exemplo: «Ontem planeei trabalhar toda a minha vida em Córdoba.» Mas agora apercebe-se que existem melhores condições em Buenos Aires e muda os seus planos, dizendo: «Em vez de trabalhar em Córdoba, quero trabalhar em Buenos Aires.» E é isto que significa a liberdade. Pode ser que até esteja enganada, pode ser que a sua ida para Buenos Aires se venha a revelar um erro. As condições podem acabar por ser melhores em Córdoba, mas ela própria fez os seus planos.

Sob o planeamento do governo, esta pessoa é como um soldado no exército. O soldado no exército não tem o direito de escolher a sua guarnição, de escolher o lugar onde irá servir. Tem de obedecer às ordens. E o sistema socialista – como Karl Marx, Lenine, e todos os líderes socialistas sabiam e admitiam – consiste na transposição das regras do exército para todo o sistema de produção. Marx falava de “exércitos industriais”, e Lenine apelou à «organização de tudo – os correios, as fábricas, e as outras indústrias, de acordo com o modelo do exército».

Por conseguinte, no sistema socialista, tudo depende da sabedoria, dos talentos e dos dons daqueles que constituem a autoridade suprema. Aquilo que o ditador supremo – ou o seu comité – não souber, não é tomado em consideração. Mas o conhecimento que a humanidade acumulou na sua longa história não foi adquirido por toda a gente; acumulámos uma tão grande quantidade de conhecimentos científicos e técnicos ao longo dos séculos, que é humanamente impossível que um indivíduo possa conhecer todas estas coisas, mesmo que seja o mais dotado dos homens.

E as pessoas são diferentes, são desiguais. Sempre o serão. Há pessoas que são mais dotadas em determinada matéria e menos noutra. E há pessoas que têm o dom de descobrir novos caminhos, de mudar a tendência do conhecimento. Nas

sociedades capitalistas, o progresso tecnológico e o progresso económico são conquistados através dessas pessoas. Se uma pessoa tem uma ideia, vai tentar encontrar um conjunto de pessoas suficientemente inteligentes para compreenderem o valor da sua ideia. Alguns capitalistas, que se atrevem a olhar para o futuro, que entendem as possíveis consequências de tal ideia, irão começar a pô-la em prática. No início, outras pessoas poderão dizer: «Eles são tontos»; mas irão deixar de o dizer à medida que descubrem que este empreendimento, a que chamaram de tontaria, se está a desenvolver, e que as pessoas estão a comprar os seus produtos de bom grado.

Sob o sistema marxista, por outro lado, é primeiro preciso convencer o órgão governamental supremo do valor dessa ideia antes de esta poder ser posta em prática e desenvolvida. E isso pode ser algo bastante difícil de conseguir, pois apenas o grupo de pessoas que chefiam – ou o próprio ditador supremo – tem o poder de tomar decisões. E se estas pessoas – por indolência ou pela idade avançada, ou por não serem muito talentosas ou conhecedoras – não conseguirem perceber a importância desta ideia nova, então o novo projecto não será iniciado.

Podemos pensar em exemplos da história militar. Napoleão era certamente um génio em assuntos militares; mas tinha um problema sério, e a sua incapacidade de resolver esse problema culminou, por fim, na sua derrota e exílio para a solidão de Santa Helena. O problema de Napoleão era: «Como conquistar a Inglaterra?» Para o fazer, precisava de uma marinha para atravessar o canal da Mancha, e houve pessoas que lhe disseram que tinham uma forma de realizar essa travessia, pessoas que – numa era de barcos à vela – tiveram a ideia nova de barcos a vapor. Mas Napoleão não entendeu esta sua proposta.

Houve também o *Generalstab* alemão, o famoso almirantado alemão. Antes da Primeira Guerra Mundial, este era considerado universalmente como inultrapassável em termos de sabedoria militar. O alto-comando francês, liderado pelo General Foch, possuía uma reputação similar. Mas nem os alemães nem os franceses – que, sob a liderança do General Foch,

derrotaram mais tarde os alemães – conseguiram compreender a importância da aviação no plano militar. O alto-comando alemão dizia: «A aviação é meramente um lazer, voar é apenas para pessoas ociosas. De um ponto de vista militar, apenas os zeplins são importantes», e o alto comando francês era da mesma opinião.

Posteriormente, durante o período entre a I e a II Guerras Mundiais, houve um general nos Estados Unidos que se convenceu de que a aviação seria muito importante na guerra seguinte. Mas todos os outros peritos nos Estados Unidos estavam contra ele. E ele não os conseguiu convencer. Se temos de convencer um grupo de pessoas que não estão directamente dependentes da solução de um problema, nunca conseguimos ter êxito. Isto é verdade também para os problemas não-económicos.

Houve pintores, poetas, escritores, compositores que se queixaram de que o público não reconheceu o seu trabalho e que, por isso, nunca conseguiram sair da pobreza. O público pode certamente ter tido mau discernimento, mas quando os artistas disseram: «O governo devia apoiar os grandes artistas, pintores e escritores», enganaram-se redondamente. A quem deve o governo confiar a tarefa de decidir se um recém-chegado é realmente um grande pintor ou não? Teria de confiar na avaliação dos críticos e na dos professores de história de arte, que estão sempre a olhar para o passado e que raramente demonstraram ter talento para descobrir novos génios. Esta é a grande diferença entre um sistema de “planeamento” e um sistema em que todos podem planear e agir por si mesmos.

É verdade, claro está, que os grandes pintores e os grandes escritores tiveram muitas vezes de passar por grandes dificuldades. Podem ter singrado na sua arte, mas nem sempre singraram financeiramente. Van Gogh foi certamente um grande pintor. Teve de passar por dificuldades imensas e, finalmente, aos 37 anos, suicidou-se. Em toda a sua vida, vendeu apenas *um quadro*, e o comprador foi o seu primo. À parte desta única venda, van Gogh viveu do dinheiro do seu irmão, que não

era nem artista nem pintor, mas percebia as necessidades de um pintor. Actualmente, não se consegue comprar um van Gogh por menos de cem ou duzentos mil dólares.

Sob um regime socialista, o destino de van Gogh poderia ter sido diferente. Algum funcionário governamental teria perguntado a alguns pintores conhecidos (que certamente van Gogh não reconheceria sequer como artistas) se este jovem, que era meio ou completamente louco, seria realmente um pintor que merecia ser apoiado. E estes, sem dúvida nenhuma, teriam respondido: «Não, ele não é um pintor; não é um artista; é apenas alguém que desperdiça tinta»; e tê-lo-iam mandado para uma fábrica de leite ou para um asilo de loucos. Todo este entusiasmo a favor do socialismo pelas novas gerações de pintores, poetas, músicos, jornalistas e actores baseia-se, portanto, numa *ilusão*. Apenas menciono isto porque estes grupos estão entre os mais fanáticos defensores da ideia socialista.

Cálculo Económico

Quando se trata de escolher entre o socialismo e o capitalismo como sistema económico, o problema é algo diferente. Os autores do socialismo nunca suspeitaram que a indústria moderna, e todas as operações das empresas modernas, são baseadas em cálculos. Os engenheiros estão longe de ser os únicos que fazem planos com base em cálculos: os empresários também têm de o fazer. E os cálculos dos empresários são todos baseados no facto de que, numa economia de mercado, os preços de mercado dos bens informam não apenas o consumidor, mas proporcionam também uma informação vital aos empresários sobre os factores de produção, sendo a função principal do mercado não somente a de determinar o custo da última parte do processo de produção e entrega dos bens nas mãos dos consumidores, mas também o custo dos vários passos que a antecedem. Todo o sistema de mercado está intimamente ligado à existência de

uma divisão do trabalho mentalmente calculada entre os vários empresários que competem entre si na disputa dos vários factores de produção materiais – as matérias-primas, as máquinas, os instrumentos – e do factor de produção humano, os salários pagos ao trabalho. Este tipo de cálculo efectuado pelos empresários não pode ser alcançado na ausência de preços fornecidos pelo mercado.

No preciso momento em que abolimos o mercado – que é aquilo que os socialistas querem fazer – todos os cálculos e conjecturas dos engenheiros e dos tecnologistas tornam-se inúteis. Os tecnologistas podem apresentar-nos um grande número de projectos que, do ponto de vista das ciências naturais, são igualmente factíveis, mas são precisos os cálculos dos empresários, baseados no mercado, para tornar claro qual destes projectos é o mais vantajoso do ponto de vista *económico*.

O problema que aqui estou a tratar é o problema fundamental do cálculo económico capitalista em contraposição ao socialismo. O facto é que o cálculo económico, e, portanto, todo o planeamento tecnológico, só é possível se houver preços monetários, não apenas para os bens de consumo, mas também para os factores de produção. Isto significa que tem de haver um mercado para as matérias-primas, para todos os bens semi-acabados, para todas as ferramentas e máquinas, e para todos os tipos de trabalho e serviços humanos.

Quando este facto foi descoberto, os socialistas não souberam o que responder. Durante 150 anos afirmaram: «Todos os males do mundo provêm do facto de existirem mercados e preços de mercado. Nós queremos abolir o mercado e, com ele, claro está, a economia de mercado, e substituí-la por um sistema sem preços e sem mercados.» Queriam abolir aquilo a que Marx chamava “carácter de mercadoria” dos bens e do trabalho.

Quando confrontados com este novo problema, os autores do socialismo, não tendo resposta, finalmente disseram: «Nós não vamos abolir o mercado por completo; vamos fingir que existe um mercado; vamos brincar ao mercado, como as crianças

que brincam no recreio da escola.» Mas toda a gente sabe que quando as crianças brincam na escola, elas não aprendem nada. É somente um exercício, um jogo, e pode-se “jogar” a muitas coisas.

Este é um problema deveras difícil e complicado e, para se conseguir abordá-lo na totalidade, é preciso um pouco mais de tempo do que aqui disponho. Expliquei-o em detalhe nas minhas obras. Em seis palestras não poderei entrar numa análise de todos os seus aspectos. Assim, gostaria de aconselhá-los a que, se estiverem interessados no problema fundamental da impossibilidade do cálculo e do planeamento no socialismo, leiam o meu livro *Human Action*, que está disponível numa excelente tradução espanhola.⁹

Mas leiam também outros livros, como o livro do economista norueguês Trygve Hoff, que escreveu sobre o cálculo económico.¹⁰ E se não quiserem ficar apenas com um ponto de vista, recomendo-lhes que leiam o altamente respeitado livro socialista sobre estes assuntos, da autoria do eminente economista polaco Oskar Lange, que em tempos foi professor numa universidade americana, tendo depois se tornado embaixador polaco e mais tarde regressado à Polónia.¹¹

A “Experiência Soviética”

Provavelmente vão perguntar-me: «Então e a Rússia? Como é que os russos lidam com esta questão?» Isso muda o problema. Os russos operam o seu sistema socialista num mundo no qual

⁹ *La Acción Humana (Tratado de Economía)*, trad. Joaquín Reig Albiol, 1960. Desde então, várias edições subsequentes foram publicadas pela Unión Editorial, com prefácio do Prof. Jesús Huerta de Soto, a última das quais (16.^a) em 2024. Existe também uma tradução brasileira, *Ação Humana: Um Tratado de Economia* (trad. Donald Stewart, Jr., 1990), publicada originalmente pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro, e disponível em mises.pt. (N. da T.)

¹⁰ Trygve Hoff, *Economic Calculation in the Socialist Society* (1949 [1938]).

¹¹ Oskar Lange (e Fred M. Taylor), *On the Economic Theory of Socialism*, ed. Benjamin E. Lippincott (1938).

existem preços para todos os factores de produção, para todas as matérias-primas, para tudo. Eles podem, portanto, empregar, para efeitos do seu planeamento, os preços do *exterior*, do mercado mundial. E como existem certas diferenças entre as condições na Rússia e as dos Estados Unidos, o resultado é muitas vezes os russos considerarem algo justificado e aconselhável, desde o seu ponto de vista económico, quando os americanos não o considerariam economicamente justificável de todo.

A “experiência soviética”, como foi chamada, não prova nada. Não nos diz nada sobre o problema fundamental do socialismo, o problema do cálculo. Mas será que podemos referir-nos a ela como uma experiência? Não acredito que haja algo no campo da acção humana ou da economia a que se possa chamar de experiência científica. Não se consegue fazer experiências laboratoriais no campo da acção humana, porque uma experiência científica exige que se faça a mesma coisa sob várias condições, ou que se mantenham as mesmas condições, mudando talvez um único factor. Por exemplo, se injectarmos determinada medicação experimental num animal com cancro, o resultado pode ser o desaparecimento do cancro. Conseguimos testar isto em vários animais do mesmo tipo que sofrem da mesma doença. Se tratarmos alguns deles com o novo tratamento e não tratarmos o resto, podemos então comparar o resultado. Mas não se consegue fazer o mesmo no campo da acção humana. Não existem experiências laboratoriais na acção humana.

A dita “experiência” soviética mostra-nos apenas que o nível de vida é incomparavelmente mais baixo na Rússia soviética do que no país que é considerado, por todo o mundo, como o epítome do capitalismo: os Estados Unidos da América.

É claro que, se dissermos isto a um socialista, ele dirá: «As coisas estão maravilhosas na Rússia.» E se lhe dissermos: «Podem estar maravilhosas, mas o nível de vida médio é muito mais baixo», ele responderá: «Sim, mas lembra-te do quão terrível era para os russos viver sob os czares e quão terrível foi

a guerra que tiveram de travar.»

Não quero entrar em discussão sobre se esta é ou não uma explicação correcta, mas se negamos que as condições são as mesmas, então negamos que se tratou de uma experiência. Teríamos então de dizer o seguinte (que seria muito mais correcto): «O socialismo na Rússia não proporcionou uma melhoria das condições do cidadão médio que possa ser comparada com a melhoria das condições, durante o mesmo período, nos Estados Unidos.»

Nos Estados Unidos ouvimos falar de algo novo, de alguma melhoria, quase todas as semanas. Estas são melhorias geradas pelas empresas, pois milhares e milhares de empresários tentam dia e noite encontrar algum produto novo que satisfaça mais o consumidor ou que seja menos oneroso de produzir, ou melhor e menos custoso do que os produtos existentes. Eles não o fazem por altruísmo; fazem-no porque querem ganhar dinheiro. E o resultado é que temos uma melhoria do nível de vida nos Estados Unidos que é quase milagrosa, quando comparada com as condições que existiam há 50 ou 100 anos. Mas na Rússia soviética, onde não existe semelhante sistema, não ocorreu uma melhoria comparável. Portanto, essas pessoas que nos dizem que devemos adoptar o sistema soviético estão seriamente equivocadas.

Há ainda mais uma coisa que deve ser mencionada. O consumidor, o indivíduo americano, é não só comprador como patrão. Quando saímos de uma loja na América, podemos encontrar um sinal que diz: «Obrigado pela sua patronagem. Por favor, volte mais vezes.» Mas quando vamos a uma loja num país totalitário – seja na Rússia do presente, ou na Alemanha da era do regime de Hitler – o lojista diz-nos: «Agradece ao grande líder por te dar isto.»

Nos países socialistas, não é o vendedor que tem de estar agradecido, mas sim o comprador. O cidadão não é o patrão; o patrão é o Comité Central, o Gabinete Central. Esses comités e líderes e ditadores socialistas são supremos, e as pessoas têm simplesmente de lhes obedecer

3ª Lição

Intervencionismo

Uma frase famosa e muito citada diz assim: «O melhor governo é aquele que menos governa.» Não acredito que esta seja uma descrição correcta das funções de um bom governo. O governo deve fazer todas as coisas para as quais é necessário e para as quais foi estabelecido. O governo deve proteger todos os indivíduos dentro do país contra os ataques violentos e fraudulentos de bandidos, e deve defender o país de todos os ataques de inimigos externos. São estas as funções do governo num sistema livre, no sistema da economia de mercado.

Sob o socialismo, está claro, o governo é totalitário, e não existe nada fora da sua esfera e da sua jurisdição. Mas na economia de mercado a principal tarefa do governo é a de proteger o funcionamento tranquilo da economia de mercado contra a fraude ou a violência desde dentro ou de fora do território nacional.

As pessoas que não concordam com esta definição das funções do governo podem dizer: «Este homem odeia o governo.» Nada poderia estar mais longe da verdade. Se eu disser que a gasolina é um líquido muito útil, e útil para muitos fins, mas que ainda assim não beberia gasolina, por acreditar que esse não seria um uso adequado da mesma, isso não faz de mim um inimigo da gasolina, e não significa que odeie a gasolina. Estarei apenas a dizer que a gasolina é muito útil para certos fins, mas que não é adequada para outros. Se digo que é

dever do governo prender assassinos e outros criminosos, mas que não é seu dever gerir caminhos-de-ferro ou gastar dinheiro em coisas inúteis, não significa que odeie o governo por declarar que é adequado para fazer certas coisas mas não para fazer outras.

Tem-se dito que, nas presentes circunstâncias, não temos já uma economia de mercado; que, nas presentes circunstâncias, temos algo denominado de «economia mista». E, como prova dessa «economia mista», as pessoas apontam para as muitas empresas que são propriedade do estado e dirigidas por este. A economia é mista, dizem, porque existem, em muitos países, certas instituições – como os telefones, os telégrafos, e os caminhos-de-ferro – que são propriedade do estado e dirigidas por este.

Empresas Públicas

Que algumas destas instituições e empresas são dirigidas pelo estado é certamente verdade. Mas esse facto, por si só, não altera o carácter do nosso sistema económico. Não significa sequer que exista “um pouco de socialismo” no seio da não-socialista economia de livre-mercado. Isto porque o governo, ao gerir estas empresas, está sujeito à supremacia do mercado, o que significa que está sujeito à supremacia dos consumidores. O governo – se operar, por exemplo, os correios ou os caminhos-de-ferro – tem de contratar pessoas para trabalhar nessas empresas. Tem também de comprar as matérias-primas e as outras coisas que são necessárias ao funcionamento dessas empresas. E, por outro lado, “vende” esses serviços ou produtos ao público. Mas, embora gira estas instituições usando os métodos do sistema de livre-mercado, o resultado, por regra, é um défice. O governo, contudo, está em posição de financiar esse défice – ou, pelo menos, é o que os membros do governo e do partido dominante estão em crer.

As coisas são certamente diferentes para um indivíduo. A capacidade de um indivíduo manter uma operação em défice é

muito limitada. Se o déficit não for eliminado muito em breve, e se a empresa não se tornar rentável (ou pelo menos mostrar que não vai incorrer em mais perdas), o indivíduo entra em falência e a empresa tem de terminar.

Mas, para o governo, as condições são diferentes. O governo pode operar em déficit, pois tem o poder de tributar as pessoas. E se os contribuintes estiverem dispostos a pagar mais impostos para que o governo possa operar uma empresa com perdas – isto é, operar de uma forma menos eficiente do que o seria com uma gestão privada – e se o público aceitar essas perdas, então é claro que a empresa continuará.

Nos últimos anos, os governos da maioria dos países aumentaram o número de instituições e empresas nacionalizadas de tal forma que os défices cresceram muito para lá do montante que poderia ser arrecadado em impostos sobre os cidadãos. O que acontece nessa situação não é o tema da palestra de hoje. Trata-se da inflação, e falarei dela na minha palestra de amanhã. Fiz este intróito apenas porque a economia mista não deve ser confundida com o problema do *intervencionismo*, sobre o qual desejo falar hoje.

O que É o Intervencionismo?

O que significa o intervencionismo? Intervencionismo significa que o governo não restringe a sua actividade à preservação da ordem ou – como as pessoas costumavam dizer há cem anos – à «produção da segurança». Intervencionismo significa que o governo quer fazer mais, que quer interferir com os fenómenos de mercado.

Se alguém contesta e diz que o governo não deve interferir com os negócios, as pessoas frequentemente respondem: «Mas o governo interfere sempre, necessariamente. Se há polícias na rua, o governo interfere. Interfere no assalto de um ladrão a uma loja ou quando impede um homem de roubar um carro.» Mas quando falamos de intervencionismo e definimos o que significa intervencionismo, falamos da interferência do governo no

mercado. (Que do governo e da polícia se espere que protejam os cidadãos – o que inclui os empresários e, obviamente, os seus empregados – contra os ataques por parte de criminosos domésticos ou externos, é na verdade uma expectativa normal e necessária a respeito de qualquer governo. Tal protecção não é uma intervenção, pois a única função legítima do governo é, precisamente, a de produzir segurança.)

O que temos em mente quando falamos de intervencionismo é o desejo do governo de fazer *mais* do que impedir assaltos e fraudes. Intervencionismo significa que o governo não só não protege o funcionamento tranquilo da economia de mercado, como interfere com os vários fenómenos de mercado; interfere com os preços, com os salários, as taxas de juro e os lucros.

O governo quer interferir para forçar os empresários a conduzirem os seus negócios de forma diferente daquela que escolheriam se tivessem obedecido apenas aos consumidores. Assim, todas as medidas de intervencionismo por parte do governo são dirigidas para a restrição da supremacia dos consumidores. O governo quer arrogar para si o poder – ou pelo menos parte do poder – que, na economia de mercado, se encontra nas mãos dos consumidores.

Vamos considerar um exemplo de intervencionismo muitíssimo popular em diversos países e tentado vezes sem conta por variados governos, especialmente em épocas de inflação. Refiro-me ao controlo de preços.

Os governos normalmente recorrem ao controlo de preços após terem inflacionado a oferta de moeda e as pessoas se começarem a queixar do aumento de preços daí resultante. Existem muitos exemplos históricos famosos de controlos de preços que falharam, mas vou referir-me apenas a dois deles, pois, em ambos os casos, os governos foram bastante enérgicos a impor ou tentar impor os seus controlos de preços.

O primeiro exemplo famoso é o caso do imperador romano Diocletiano, muito conhecido por ser o último dos imperadores romanos que perseguiram os cristãos. O imperador romano na

segunda parte do século III dispunha de apenas um método de financiamento, e este era o da desvalorização da moeda. Nesses tempos primitivos, antes da invenção da imprensa, até mesmo a inflação era, digamos, primitiva. Consistia no aviltamento da cunhagem, especialmente da prata. O governo misturava cada vez mais cobre na prata, até a cor das moedas de prata se alterar e o seu peso se reduzir consideravelmente. O resultado deste aviltamento da cunhagem e do aumento correspondente da quantidade de moeda foi um aumento de preços, seguido de um édito para controlar os preços. E os imperadores romanos não eram muito brandos quando impunham uma lei; não consideravam a pena de morte demasiado severa para um homem que cobrasse preços mais altos. Assim, impuseram o controlo de preços, mas não conseguiram preservar a sociedade. O resultado foi a desintegração do Império Romano e do sistema da divisão do trabalho.

Depois, 1500 anos mais tarde, a mesma desvalorização da moeda ocorreu durante a Revolução Francesa. Mas desta vez foi usado um método diferente. A tecnologia para produzir dinheiro era agora substancialmente mais evoluída. Já não era necessário aos franceses recorrerem ao aviltamento da cunhagem: eles tinham a imprensa. E a imprensa era deveras eficiente. Novamente, o resultado foi uma subida de preços sem precedentes. Mas na Revolução Francesa os preços máximos não eram impostos pelo mesmo método de pena capital que o imperador Diocletiano usara. Também tinha havido uma melhoria na técnica de matar cidadãos. Todos se lembram do famoso Dr. J. I. Guillotin (1738-1814), que advogou o uso da guilhotina. Porém, apesar da guilhotina, também os franceses falharam com as suas leis de preços máximos. Quando o próprio Robespierre foi mandado para a guilhotina, as pessoas gritaram: «Lá vai o imundo Máximo!»

Quis mencionar isto, porque as pessoas dizem frequentemente: «O que é preciso para tornar o controlo de preços eficaz e eficiente é somente mais implacabilidade e mais energia.» É evidente que Diocletiano era bastante brutal, e que

também a Revolução Francesa o foi. Não obstante, o controlo de preços em ambas as épocas falhou inteiramente.

Porque Falha o Controlo de Preços

Analisemos agora as razões deste falhanço. O governo ouve as pessoas queixarem-se de que o preço do leite subiu. E o leite é certamente muito importante, especialmente para a geração vindoura, para as crianças. Consequentemente, o governo declara um preço máximo para o leite, um preço máximo que é inferior ao que seria o preço potencial de mercado. E agora o governo diz: «Nós fizemos certamente tudo o que era necessário fazer para que os pais mais pobres consigam comprar todo o leite necessário à alimentação dos seus filhos.»

Mas o que acontece? Por um lado, o preço mais baixo do leite faz subir a sua procura; pessoas que antes não podiam comprar leite a um preço mais alto conseguem agora comprá-lo ao preço mais baixo decretado pelo governo. E, por outro lado, alguns dos produtores, aqueles produtores que produzem a um custo mais elevado – isto é, os produtores marginais – enfrentam agora prejuízos, pois o preço que o governo decretou é inferior aos seus custos. Este é o ponto fulcral na economia de mercado. O empresário privado, o produtor privado, não está em condições de suportar prejuízos no longo prazo. E como não pode sofrer prejuízos no leite, restringe a produção de leite para o mercado. É possível que venda algumas das suas vacas para o matadouro, ou em vez de leite pode vender alguns produtos feitos a partir de leite – por exemplo, natas, queijo ou manteiga.

Assim, a interferência do governo com o preço do leite resultará em menos leite do que havia antes, e ao mesmo tempo haverá uma procura maior. Algumas pessoas dispostas a pagar o preço que o governo decretou não o conseguirão comprar. Outra consequência será uma corrida às lojas por pessoas ansiosas que querem ser as primeiras a chegar. Terão de esperar lá fora. As longas filas de espera à entrada das lojas são sempre um fenómeno familiar nas cidades em que o governo declara

preços máximos para os produtos que considera importantes. Isto aconteceu sempre que o preço do leite foi controlado, onde quer que fosse. E foi sempre prognosticado por economistas – obviamente, apenas por economistas de confiança, que não são assim muitos.

Mas qual é o resultado do controlo de preços do governo? O governo fica desapontado. Quis aumentar a satisfação dos bebedores de leite. Mas o que realmente fez foi desagradá-los. Antes da interferência do governo, o leite era caro, mas as pessoas podiam comprá-lo. Agora só existe uma quantidade insuficiente de leite disponível. Por conseguinte, o consumo total de leite diminui. As crianças bebem menos leite, não mais. A medida seguinte a que o governo agora recorre é o racionamento. Mas o racionamento significa apenas que algumas pessoas são privilegiadas e conseguem obter leite enquanto outras não conseguem leite algum. Escusado será dizer que quem consegue ou não obter leite será sempre determinado de forma deveras arbitrária. Um decreto pode determinar, por exemplo, que as crianças com menos de 4 anos devem obter leite, e que as crianças com mais de 4 anos, ou com idade entre 4 e 6 anos, devem receber apenas metade da porção que a criança com menos de 4 recebe.

O que quer o governo faça, o facto permanece: só existe uma quantidade mais diminuta de leite disponível. Por isso, as pessoas estão ainda mais descontentes do que estavam antes. E agora o governo pergunta aos produtores de leite (pois o governo não tem a imaginação suficiente para descobrir por si mesmo): «Porque é que não produzem a mesma quantidade de leite que produziam antes?» Eis a resposta que o governo obtém: «Não o podemos fazer, pois os custos de produção são superiores ao preço máximo que o governo estabeleceu.» E agora o governo estuda os custos dos vários factores de produção, e descobre que um dos factores é a forragem.

«Ora», diz o governo, «o mesmo controlo que aplicámos ao leite devemos aplicá-lo à forragem. Vamos determinar um preço máximo para a forragem, e assim vocês já estarão em condições

de alimentar as vossas vacas a um preço mais baixo, com uma despesa menor. E então tudo ficará bem; assim vocês já poderão produzir mais leite e vender mais leite.»

Mas o que acontece agora? A mesma história repete-se com a forragem, como podem imaginar, e pelas mesmas razões. A produção de forragem diminui e o governo depara-se novamente com um dilema. Aí, o governo prepara novas audiências, para perceber o que se passa de errado com a produção de forragem. E obtém uma explicação dos produtores de forragem precisamente igual à que recebeu dos produtores de leite. Assim sendo, o governo tem de dar um novo passo, pois não quer abandonar o princípio do controlo de preços. Vai e determina preços máximos para os bens de produção que são necessários para a produção de forragem. E a mesma história repete-se uma vez mais.

O governo começa simultaneamente a controlar não apenas o leite, mas também os ovos, a carne e outros bens de primeira necessidade. E em todas as ocasiões o governo obtém o mesmo resultado; em todo o lado se verificam as mesmas consequências. Assim que o governo fixa um preço máximo para determinados bens de consumo, vê-se obrigado a ir mais atrás e limitar os preços dos bens de produção necessários à produção dos bens de consumo com preços controlados. E eis como o governo, começando com apenas uns quantos controlos de preços, vai cada mais atrás no processo de produção, fixando preços máximos para todos os tipos de bens de produção, incluindo, é claro, o preço do trabalho, pois, sem o controlo dos salários, o “controlo de custos” do governo seria fútil.

Além disso, o governo não pode limitar a sua interferência no mercado apenas àquelas coisas que encara como necessidades vitais, como o leite, a manteiga, os ovos e a carne. Tem necessariamente de incluir os bens de luxo, pois se não se limita os preços *destes*, o capital e o trabalho abandonariam a produção das necessidades vitais e voltar-se-iam para a produção daquelas coisas que o governo considera serem bens de luxo desnecessários. Assim, a interferência isolada num ou

nuns quantos preços de bens de consumo provoca sempre efeitos – e isto é importante ser compreendido – que são ainda *menos* satisfatórios do que as condições que prevaleciam anteriormente.

Antes da interferência governamental, o leite e os ovos eram caros; após a interferência governamental, começaram a desaparecer do mercado. O governo considerava estes itens tão importantes que decidiu intervir; quis aumentar a quantidade e melhorar a oferta. O resultado foi o oposto: a interferência isolada levou a uma situação que – desde o ponto de vista do governo – é ainda *mais* indesejável do que o estado de coisas anterior que o governo queria alterar. E à medida que o governo vai cada vez mais além, chega finalmente a um ponto onde todos os preços, todos os salários, todas as taxas de juro – em resumo, todos os componentes de todo o sistema económico são determinados pelo governo. E isto, claramente, é *socialismo*.

Aquilo que vos disse aqui, esta exposição esquemática e teórica, foi precisamente o que aconteceu naqueles países que tentaram impor um controlo de preços máximos, e onde os governos foram suficientemente teimosos para, passo a passo, chegarem ao ponto final. Foi o que aconteceu na Primeira Grande Guerra na Alemanha e na Inglaterra.

Intervenções em Tempo de Guerra

Analisemos a situação de ambos estes países. Ambos experienciaram a inflação. Os preços subiram, e os dois governos impuseram controlos de preços. Começando apenas com poucos preços, apenas com o leite e os ovos, tiveram de ir cada vez mais além. Quanto mais a guerra durava, maior era a inflação que se gerava. Então, após três anos de guerra, os alemães – de forma sistemática, como sempre – elaboraram um grande plano. Chamaram-lhe o *Plano de Hindemburgo*: tudo o que era considerado bom pelo governo na Alemanha naquela altura era denominado de Hindemburgo.

O Plano de Hindemburgo implicava que todo o sistema

económico alemão deveria ser controlado pelo governo: preços, salários, lucros ... tudo. Assim, a burocracia começou a pôr tudo isto em prática. Mas antes de terminarem, veio o desastre: o império alemão soçobrou, todo o aparelho burocrático desapareceu, a revolução trouxe os seus resultados sanguinários – as coisas chegaram ao fim.

Em Inglaterra, começaram da mesma maneira, mas após algum tempo, na Primavera de 1917, os Estados Unidos entraram na Guerra e abasteceram os britânicos com quantidades suficientes de tudo. Por conseguinte, o caminho para o socialismo, o caminho para a servidão, foi interrompido.

Antes da ascensão de Hitler ao poder, o chanceler Brüning introduziu mais uma vez o controlo de preços pelas razões habituais. Hitler reforçou-o, mesmo antes de a guerra começar. É que na Alemanha de Hitler não havia empresa privada ou iniciativa privada. Na Alemanha de Hitler havia um sistema de socialismo que diferia do sistema russo apenas na medida em que a *terminologia* e os *rótulos* do sistema económico livre eram ainda retidos. Ainda existiam “empresas privadas”, como eram chamadas. Mas o dono já não era um empresário; o dono era chamado “gerente de loja” (*Betriebsführer*).

Toda a Alemanha estava organizada numa hierarquia de *führers*; havia o Supremo Führer – Hitler, está claro – e depois havia *führers* numa hierarquia descendente de *führers* cada vez inferiores. Assim, o chefe de uma empresa era o *Betriebsführer*. E os trabalhadores da empresa eram chamados por uma palavra que, na Idade Média, significava o séquito de um senhor feudal: eram o *Gefolgschaft*. Todas estas pessoas tinham de obedecer às ordens emitidas por uma instituição que tinha um nome terrivelmente comprido: o *Reichsführerwirtschaftsministerium*,¹² à cabeça do qual estava aquele homem gordo muito conhecido, de seu nome Göring, adornado com jóias e medalhas.

Era deste órgão ministerial com nome longo que vinham todas as ordens para todas as empresas; o que produzir, em que

¹² Literalmente, o Ministério da Economia do Führer do Reich. (N. da T.)

quantidade, onde adquirir as matérias-primas e quanto pagar e a quem por elas, a quem vender os produtos e a que preços. Os trabalhadores recebiam a ordem de trabalhar em determinada fábrica, e recebiam os salários que o governo decretava. Todo o sistema económico estava regulado em todos os detalhes pelo governo.

O *Betriebsführer* não tinha o direito de retirar os lucros para si; ele recebia basicamente um salário e, se quisesse receber mais, poderia por exemplo dizer: «Estou muito doente, preciso de uma operação imediatamente, e a operação custa 500 marcos», e então teria de perguntar ao *führer* do distrito (o *Gauführer* ou *Gauleiter*), se tinha o direito de tirar mais do que o salário que lhe era dado. Os preços já não eram preços, os salários já não eram salários, eram termos quantitativos num sistema de socialismo.

Agora deixem-me contar-vos como é que este sistema desabou. Um dia, após anos de luta, os exércitos estrangeiros entraram na Alemanha. Eles tentaram preservar este tipo de sistema económico dirigido pelo governo, mas a brutalidade de Hitler era necessária para a sua preservação e, sem ela, não funcionava.

E enquanto isto decorria na Alemanha, a Grã-Bretanha – durante a segunda Guerra Mundial – fez exactamente aquilo que a Alemanha fez. Partindo do controlo dos preços de apenas algumas mercadorias, o governo britânico foi começando, passo a passo (do mesmo modo que Hitler fizera em tempos de paz, mesmo antes do início da guerra), a controlar cada vez mais a economia, até que, quando a guerra terminou, haviam chegado a algo que era quase socialismo puro.

A Grã-Bretanha não foi levada ao socialismo pelo governo Trabalhista que se estabeleceu em 1945. A Grã-Bretanha tornou-se socialista *durante* a guerra, através do governo em que Sir Winston Churchill era primeiro-ministro. O governo Trabalhista simplesmente reteve o sistema de socialismo que o governo de Sir Winston Churchill tinha já introduzido. E isto apesar de grande resistência da parte do povo.

As nacionalizações na Grã-Bretanha não significaram assim

tanto; a nacionalização do Banco de Inglaterra foi meramente nominal, pois o Banco de Inglaterra estava já sob o completo controlo do governo. E o mesmo aconteceu com a nacionalização dos caminhos de ferro e da indústria do aço. O “socialismo de guerra”, como era chamado – significando o sistema de intervencionismo que avança passo a passo – tinha já virtualmente nacionalizado o sistema.

A diferença entre os sistemas alemão e britânico não era relevante, visto que as pessoas que os operavam tinham sido nomeadas pelo governo e, em ambos os casos, tinham de obedecer às ordens governamentais em todos os aspectos. Como referi antes, o sistema dos nazis alemães reteve os rótulos e os termos da economia de livre-mercado capitalista, mas estes significavam agora algo muito diferente: eram apenas decretos governamentais.

Isto era verdade também para o sistema britânico. Quando o Partido Conservador regressou ao poder, alguns destes controlos foram retirados. Na Grã-Bretanha temos hoje tentativas de um lado de reter esses controlos e do outro de os abolir. (Mas não nos devemos esquecer que, na Inglaterra, as condições são muito diferentes das da Rússia). O mesmo é verdade para outros países que dependem da importação de alimentos e de matérias-primas e que, portanto, têm de exportar bens manufacturados. Para os países que dependem bastante do comércio exportador, um sistema de controlo governamental simplesmente não funciona.

Assim, na medida em que existe ainda alguma liberdade económica (e existe ainda liberdade substancial em alguns países, como a Noruega, a Inglaterra, a Suécia), ela existe devido à necessidade de *reter o comércio exportador*. Há pouco, escolhi o exemplo do leite, não porque tenha uma especial preferência por leite, mas porque praticamente todos os governos – ou a maioria deles –, nas últimas décadas, têm regulado os preços do leite, dos ovos e da manteiga.

Controlo de Rendas

Gostaria de mencionar, em algumas palavras, um outro exemplo, que é o do controlo de rendas. Se o governo controlar as rendas, um dos resultados é que as pessoas que, de outro modo, se mudariam de casas grandes para apartamentos mais pequenos quando as condições da sua família se alterassem já não o farão. Considerem, por exemplo, aqueles pais cujos filhos saem de casa quando chegam aos vinte e poucos anos, quando se casam ou quando vão trabalhar para outras cidades. Estes pais costumavam mudar-se para casas mais pequenas e mais baratas. Tal necessidade desaparece quando se impõe o controlo de rendas.

Em Viena, na Áustria, no princípio da década de 1920, quando o controlo de rendas estava em pleno vigor, o montante em dinheiro que o senhorio recebia por um apartamento médio com rendas controladas não era mais que duas vezes o de um bilhete de viagem nos carros municipais. Por aqui já conseguem imaginar que as pessoas não tinham qualquer incentivo para mudar de apartamento. E, por outro lado, não havia construção de novas casas. Condições similares verificaram-se nos Estados Unidos após a Segunda Grande Guerra, e continuam em muitas cidades até esta data.

Uma das principais razões para muitas cidades dos EUA estarem em tamanhas dificuldades financeiras é o facto de existir controlo de rendas e, conseqüentemente, uma escassez de habitação. Devido a isso, o governo gastou milhares de milhões de dólares na construção de casas novas. Mas porque é que havia tamanha escassez de habitação? Essa escassez originou-se pelas mesmas razões que levavam à falta de leite quando se impunha o controlo do preço do leite. Ou seja: *quando o governo interfere com o mercado, vê-se levado cada vez mais para o socialismo.*

Eis a resposta para as pessoas que dizem: «Nós não somos socialistas, nós não queremos que o governo controle tudo. Compreendemos que isso é mau. Mas porque é que o governo não há-de interferir um pouco com o mercado? Porque é que o governo não pode acabar com algumas coisas de que não gostamos?»

Existe um Sistema Meio-Termo?

Estas pessoas falam de uma política mista, de um «meio-caminho» ou de uma «terceira via». Aquilo que não compreendem é que uma interferência *isolada*, que significa uma interferência com apenas uma pequena parte do sistema económico, leva a uma situação que o próprio governo – e as pessoas que pedem essa interferência governamental – considera pior do que as condições que visava corrigir: as pessoas que pedem o controlo de rendas ficam muito zangadas quando se deparam com uma escassez de apartamentos e uma escassez de habitação.

Mas esta escassez de habitação foi gerada precisamente pela interferência governamental, pelo estabelecimento de rendas abaixo do nível que as pessoas teriam de pagar num mercado livre.

A ideia de que existe um *terceiro* sistema – entre o socialismo e o capitalismo, como dizem os seus defensores – um sistema tão distante do socialismo como do capitalismo, mas que retém as vantagens e evita as desvantagens de cada um deles – é um absurdo completo. As pessoas que acreditam na existência desse tal sistema mítico são por vezes muito poéticas nos seus louvores às glórias do intervencionismo. Da nossa parte, podemos apenas dizer que estão enganadas. A interferência governamental que elas glorificam provoca condições de que elas próprias não gostam.

Um dos problemas que abordarei mais tarde é o do *proteccionismo*. O governo tenta isolar o mercado doméstico do mercado mundial. Introduz tarifas que fazem subir o preço doméstico de uma mercadoria acima do seu preço no mercado mundial, tornando possível aos produtores domésticos formarem cartéis. Os cartéis são então atacados pelo governo, que declara: «Perante estas circunstâncias, é necessária legislação anti-cartéis.»

É precisamente esta situação que se verifica com a maioria dos governos europeus. Nos Estados Unidos, existem ainda

outras razões para a legislação “*anti-trust*” e para a campanha do governo contra o espectro do monopólio.

É absurdo ver o governo – que cria pela sua própria intervenção as condições que tornam possível a emergência de cartéis domésticos – apontar o dedo às empresas e dizer: «Existem cartéis, logo é necessária a interferência governamental na economia.» Seria muito mais simples evitar os cartéis através do fim da interferência governamental no mercado – interferência essa que torna possível tais cartéis.

A ideia de que a interferência governamental é uma solução para os problemas económicos leva, em todos os países, a condições que são, no mínimo, deveras insatisfatórias e muitas vezes bastante caóticas. Se o governo não trava a tempo, acaba por engendrar o socialismo.

No entanto, a interferência governamental na economia é ainda muito popular. Mal alguém se mostra descontente com o que ocorre no mundo, logo afirma: «O governo devia fazer algo em relação a isto. Para que é que temos um governo? É para isto que ele serve.» Este é um resquício do pensamento característico de épocas passadas, de épocas *anteriores* à liberdade moderna, ao governo constitucional moderno, anterior ao governo representativo ou ao republicanismo moderno.

Durante séculos, a doutrina defendida e aceite por todos era de que um rei, um rei ungido, era o mensageiro de Deus; que ele tinha mais sabedoria do que os seus súbditos, e que tinha poderes sobrenaturais. Até tão recentemente como no século XIX, pessoas que sofriam de certas maleitas tinham a expectativa de ser curadas pelo toque real, pela mão do rei. Os médicos eram normalmente mais bem-sucedidos; e no entanto, diziam aos seus pacientes para tentarem o rei.

Esta doutrina da superioridade de um governo paternal, dos poderes sobrenaturais e super-humanos dos reis hereditários desapareceu gradualmente – ou pelo menos assim o pensávamos. Mas acontece que regressou. Houve um professor alemão, Werner Sombart (conheci-o muito bem), conhecido no mundo inteiro, que era doutor honorário de

muitas universidades e membro honorário da American Economic Association. Este professor escreveu um livro, que esta disponível em tradução inglesa, publicada pela Princeton University Press. Está também disponível em francês, e provavelmente também em espanhol – pelo menos espero que esteja, para quem possam verificar o que vos digo. Neste livro, publicado no nosso século, e não na Idade das Trevas, Werner Sombart, um professor de economia, diz simplesmente: «O Führer, o nosso Führer» – referindo-se, obviamente, a Hitler – «recebe as suas ordens directamente de Deus, o Führer do Universo.»

Há pouco falei-vos desta hierarquia de *fiihrers*, e nesta hierarquia mencionei Hitler como o “Supremo Führer” ... Mas, na verdade, de acordo com Werner Sombart, existe um *fiihrer* ainda superior, que é Deus, o *fiihrer* do Universo. E Deus, escreveu ele, dá as suas ordens directamente a Hitler. É claro que, como o Prof. Sombart nos diz muito modestamente, «não sabemos como é que Deus comunica com o Führer. Mas esse facto não pode ser negado.»

Ora, após ouvirem que um livro destes pôde ser publicado em língua alemã, a língua de uma nação que fora outrora louvada como «a nação dos filósofos e dos poetas», e se o vêem traduzido em inglês e em francês, já não ficarão espantados pelo facto de até um pequeno burocrata se considerar melhor e mais sábio do que os restantes cidadãos e de querer interferir com tudo, mesmo sendo apenas um pobre burocrata e não o famoso Prof. Werner Sombart, membro honorário de tudo e mais alguma coisa.

Existirá algum remédio para contrariar tais desenvolvimentos? Direi que sim, que existe um remédio. E esse remédio é o poder dos cidadãos; eles têm de impedir o estabelecimento de semelhante regime autocrático, que arroga para si uma sabedoria superior à do cidadão comum. É esta a diferença fundamental entre a liberdade e servidão.

As nações socialistas arrogaram para si mesmas o termo *democracia*. Os russos chamam ao seu sistema uma Democracia

Popular; provavelmente defendem que o povo está representado na pessoa do ditador. Penso que a um ditador, Juan Perón, aqui na Argentina, foi dada uma boa resposta quando o forçaram a exilar-se, em 1955. Esperemos que a todos os outros ditadores, nas outras nações, seja dada uma resposta parecida.

4^a Lição

Inflação

Se a oferta de caviar fosse tão abundante como a oferta de batatas, o preço do caviar – isto é, o rácio de troca entre o caviar e o dinheiro ou entre o caviar e outros bens – mudaria consideravelmente. Nessas circunstâncias, poderíamos obter caviar com um sacrifício muito menor do que é necessário hoje em dia. De igual modo, se a quantidade de dinheiro for aumentada, o poder de aquisição da unidade monetária diminui, e a quantidade de bens que podem ser obtidos em troca de uma unidade desse dinheiro também diminui.

Quando, no século XVI, o ouro e a prata americanos foram descobertos e explorados, enormes quantidades de metais preciosos foram transportadas para a Europa. O resultado deste aumento da quantidade de dinheiro foi uma tendência geral para a subida de preços na Europa. Da mesma forma, hoje em dia, quando o governo aumenta a quantidade de papel-moeda, o resultado é que o poder aquisitivo da unidade monetária começa a descer, e assim os preços sobem. A isto se chama *inflação*.

Infelizmente, nos Estados Unidos, bem como em outros países, algumas pessoas preferem atribuir a causa da inflação não a um aumento da quantidade de dinheiro, mas sim à subida dos preços.

Contudo, nunca houve qualquer argumento sério contra a interpretação económica da relação entre preços e a quantidade de

dinheiro, ou do rácio de troca entre o dinheiro e os outros bens, matérias-primas e serviços. Com as presentes condições tecnológicas, nada é mais fácil do que fabricar pedaços de papel nos quais sejam impressas certas quantias monetárias. Nos Estados Unidos, onde todas as notas são do mesmo tamanho, não custa mais ao governo imprimir uma nota de um milhar de dólares do que uma nota de um dólar. Trata-se meramente de um processo de impressão que exige a mesma quantidade de papel e tinta.

Dinheiro de Impressora

No século XVIII, quando se fizeram as primeiras tentativas de emissão de notas bancárias e de atribuir a essas notas a qualidade de curso legal – isto é, o direito de serem honradas nas transacções comerciais da mesma forma que o ouro e a prata – os governos e as nações acreditavam que os banqueiros tinham algum conhecimento secreto que lhes permitia produzir riqueza a partir do nada. Quando os governos do século XVIII se viam em dificuldades financeiras, pensavam que tudo o que precisavam era de um banqueiro astuto à frente da sua administração financeira para se livrarem de todas as suas dificuldades.

Alguns anos antes da Revolução Francesa, quando a realza francesa estava em dificuldades financeiras, o rei de França procurou um destes banqueiros astutos, e nomeou-o para um alto cargo. Este homem era, em todos os aspectos, o oposto das pessoas que, até aquela altura, tinham governado a França. Em primeiro lugar, não era francês, era um estrangeiro – um suíço de Genebra, Jacques Necker. Depois, não era um membro da aristocracia, mas sim um simples plebeu. E – o que contava ainda mais na França do século XVIII – não era católico, mas sim protestante. E assim o Monsieur Necker, pai da famosa Madame de Staël, foi nomeado ministro das finanças, e toda a gente esperava que ele resolvesse os problemas financeiros de França. Porém, apesar do elevado grau de confiança de que o Monsieur

Necker usufruía, o cofre real continuava vazio – tendo o maior erro de Necker sido a sua tentativa de ajudar financeiramente os colonos americanos na sua guerra de independência contra a Inglaterra *sem aumentar os impostos*. Essa era certamente a maneira errada de tentar resolver os problemas financeiros da França.

Não existe nenhuma via secreta para a solução dos problemas financeiros de um governo. Se precisa de dinheiro, terá de obtê-lo através da tributação dos seus cidadãos (ou, em circunstâncias especiais, pedindo emprestado a pessoas que o tenham). Porém, muitos governos, podemos mesmo dizer a maioria dos governos, acham que existe um outro método para obter o dinheiro necessário: simplesmente imprimi-lo.

Se o governo deseja fazer algo benéfico – se, por exemplo, quer construir um hospital – a maneira de encontrar o dinheiro necessário para este projecto é tributar os cidadãos e construir o hospital com as receitas fiscais. Assim não haverá qualquer “revolução de preços”, pois quando o governo arrecada o dinheiro para a construção do hospital, os cidadãos – tendo pagado os impostos – vêm-se forçados a reduzir as suas despesas. O governo, surgindo no mercado como um comprador, *substitui* o cidadão individual: o cidadão compra menos, mas o governo compra mais. O governo, está claro, não compra sempre os mesmos bens que os cidadãos teriam comprado; mas em média não ocorre nenhuma subida de preços devido à construção do hospital por parte do governo.

Escolhi este exemplo de um hospital precisamente porque as pessoas por vezes dizem: «Faz diferença saber se o governo usa o seu dinheiro para bons ou para maus fins.» Quero partir do princípio de que o governo utiliza *sempre* o dinheiro que imprimiu para os melhores fins possíveis – fins com os quais todos concordamos. Pois não é a *forma* como o dinheiro é gasto, mas sim a forma como o governo *obtem* esse dinheiro que provoca as consequências a que chamamos inflação e que a maioria das pessoas no mundo actual não considera benéficas.

Por exemplo, sem inflacionar, o governo poderia usar o

dinheiro dos impostos arrecadados para contratar novos funcionários ou para aumentar os salários daqueles que estão já ao serviço do governo. E então essas pessoas, cujos salários foram aumentados, estarão em posição de comprar mais. Quando o governo tributa os cidadãos e usa esse dinheiro para aumentar os salários dos funcionários públicos, os contribuintes têm menos para gastar, mas os funcionários públicos têm mais. Os preços em geral não aumentam.

Mas se o governo não recorrer ao dinheiro dos impostos para este fim, se em vez disso recorrer a dinheiro impresso de fresco, isso significa que haverá pessoas que agora terão mais dinheiro enquanto todas as outras terão o mesmo que tinham antes. Deste modo, aqueles que recebem o dinheiro impresso de fresco vão estar a competir com todos aqueles que já antes eram compradores. E como não há mais produtos do que havia anteriormente, mas há mais dinheiro no mercado – e como existem agora pessoas a poder comprar mais hoje do que puderam comprar ontem – haverá uma procura adicional para aquela mesma quantidade de bens. Por conseguinte, os preços tenderão a subir. É algo que não se poderá evitar, qualquer que seja o uso dado a este novo dinheiro impresso de fresco.

Aumentos Passo-a-Passo

Mais importante ainda, esta tendência para a subida dos preços desenrolar-se-á passo a passo; não é um movimento generalizado de subida daquilo que normalmente se designa por “nível de preços”. A expressão metafórica “nível de preços” não deve ser nunca usada.

Quando as pessoas falam de um “nível de preços”, imaginam o nível de um líquido que sobe ou desce de acordo com o aumento ou diminuição da sua quantidade, mas que, como um líquido num recipiente, sobe sempre uniformemente. Porém, com os preços, não existe algo a que se possa chamar de “nível”. Os preços não variam na mesma medida e ao mesmo tempo. Existem sempre preços que variam mais rapidamente,

subindo ou descendo mais rapidamente do que outros preços. E existe uma razão para isto.

Considerem o caso de um funcionário público que recebe o novo dinheiro que foi acrescentado à oferta monetária. As pessoas não compram hoje exactamente os mesmos produtos e nas mesmas quantidades que compraram ontem. O dinheiro adicional que o governo imprimiu e introduziu no mercado não é usado para a compra de todos os bens e serviços. É usado para a compra de certos produtos, cujos preços irão subir, enquanto outros produtos permanecerão ainda aos preços a que estavam antes de o novo dinheiro ter sido introduzido no mercado. Assim, quando a inflação se inicia, diferentes grupos da população serão afectados por ela de maneira diferente. Aqueles grupos que obtêm o novo dinheiro em primeiro lugar conseguem um benefício temporário.

Quando o governo inflaciona para financiar uma guerra, ele tem de comprar munições, e os primeiros a obterem este dinheiro adicional são as indústrias de armamento e os seus respectivos trabalhadores. Estes grupos estão agora numa posição muito favorável. Conseguem lucros superiores e salários superiores; o seu negócio está a mexer. Porquê? Porque foram os primeiros a obter o dinheiro adicional. E tendo agora mais dinheiro à sua disposição, compram. E compram a outras pessoas que produzem e vendem as mercadorias que estes fabricantes de armamento desejam.

Estas outras pessoas formam um segundo grupo. E este segundo grupo considera a inflação algo muito bom para o negócio. E porque não? Não é maravilhoso vender mais? Por exemplo, o dono de um restaurante na vizinhança de uma fábrica de munições diz: «É realmente maravilhoso! Os trabalhadores da fábrica têm mais dinheiro; e eles são muitos mais agora do que eram antes; todos recomendam o meu restaurante; estou muito contente com isso.» E ele não vê qualquer razão para sentir o contrário.

A situação é a seguinte: aquelas pessoas a quem o dinheiro chega primeiro têm agora um rendimento mais elevado, mas

ainda conseguem comprar muitos bens e serviços a preços que correspondem ao estado prévio de mercado, às condições existentes na véspera da inflação. Encontram-se, portanto, numa posição muito favorável. E assim a inflação vai tomando o seu curso, passo a passo, desde um grupo da população para outro. E todos aqueles a quem o dinheiro adicional chega nas fases iniciais da inflação são beneficiados, pois estão a comprar algumas coisas a preços que correspondem ainda ao estado prévio do rácio de troca entre o dinheiro e os produtos.

Mas existem outros grupos da população a quem este dinheiro adicional chega muito mais tarde. Estas pessoas encontram-se numa posição deveras *desfavorável*. Antes de o dinheiro adicional chegar até si, elas são forçadas a pagar preços mais altos por alguns – ou praticamente todos – os produtos que queiram comprar, isto enquanto o seu rendimento continua o mesmo, ou não aumenta proporcionalmente aos preços.

Considerem por exemplo um país como os Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial; por um lado, a inflação naquele tempo favorecia as indústrias e os trabalhadores do armamento, os fabricantes de armas, enquanto por outro lado jogava contra outros grupos da população. E aqueles que sofreram as maiores desvantagens da inflação foram os professores e os pastores religiosos.

Como sabem, um pastor é uma pessoa muito modesta que serve a Deus e que não deve falar muito de dinheiro. Os professores, de igual forma, são pessoas dedicadas que supostamente pensam mais sobre como educar os jovens do que sobre o seu salário. Consequentemente, os professores e os padres foram dos mais penalizados pela inflação, pois as várias escolas e igrejas foram as últimas a perceber que deveriam aumentar os salários. Quando os anciãos das igrejas e os conselhos escolares finalmente perceberam que, afinal, se deveria também aumentar os salários destas pessoas dedicadas, as perdas iniciais que elas haviam sofrido não foram compensadas.

Durante muito tempo, tiveram de comprar menos do que

compravam antes, de reduzir o seu consumo de alimentos melhores e mais caros, e de restringir a compra de vestuário – pois os preços já tinham feito o ajuste para cima, enquanto os seus rendimentos, os seus salários, não tinham subido ainda. (Hoje a situação é consideravelmente diferente, pelo menos para os professores.)

Existem sempre, portanto, diferentes grupos da população que são afectados de forma diferente pela inflação. Para alguns, a inflação não é assim tão má; eles até pedem a sua continuação, pois são os primeiros a lucrar com ela. Veremos, mais adiante, como este enviesamento das consequências da inflação afecta de forma crucial a dinâmica política que leva à inflação.

Com estas mudanças provocadas pela inflação, temos grupos que são favorecidos e grupos que lucram directamente. Eu não uso o termo “lucrar” como repreensão a estas pessoas, pois se existe alguém que devemos repreender é o governo que introduziu a inflação. E há sempre pessoas que *favorecem* a inflação, pois compreendem o que se passa antes das outras. Os seus lucros extraordinários devem-se ao facto de haver sempre e inevitavelmente um certo grau de enviesamento no processo inflacionário.

Os Governos Não Gostam de Tributar

O governo pode considerar que a inflação – como método de arrecadação de fundos – é melhor do que a tributação, a qual é sempre impopular e complicada. Em muitas nações ricas e eminentes, frequentemente acontece os legisladores discutirem, durante meses e meses, as várias formas de novos impostos que seriam necessários porque o parlamento tinha decidido aumentar as despesas. E depois de discutirem vários métodos para obter o dinheiro através de impostos, acabam finalmente por decidir que talvez seja melhor fazê-lo através de inflação.

Como é evidente, a palavra “inflação” nunca é usada. O político no poder que avança para a inflação não anuncia: «Decidi avançar para a inflação.» Os métodos técnicos usados

para alcançar a inflação são tão complicados que o cidadão comum não percebe que a inflação começou.

Uma das maiores inflações na história ocorreu no Reich Alemão após a Primeira Guerra Mundial. A inflação não foi assim tão premente *durante* a guerra; foi a inflação *subsequente* à guerra que levou à catástrofe. O governo não disse: «Vamos avançar para a inflação.» Simplesmente pedia dinheiro emprestado ao banco central por meios muito indirectos, não tendo de lhe perguntar como é que este arranjará e lhe entregará o dinheiro. O banco central, pura e simplesmente, imprimia-o.

Nos tempos modernos, as técnicas para a inflação são um pouco mais complicadas pelo facto de existir moeda escritural. Esta envolve uma outra técnica, mas o resultado é o mesmo. Com a mesma simplicidade de um traço de caneta num livro de cheques, o governo cria moeda *fiat* e, desse modo, aumenta a quantidade de dinheiro e de crédito. Basta o governo dar a ordem, e o dinheiro fiduciário aparece.

A Inflação Não Pode Durar

No início, o governo não se preocupa que algumas pessoas saiam lesadas, nem se preocupa que os preços venham a subir. Os legisladores dizem: «Este é um sistema maravilhoso!» Mas este sistema maravilhoso tem uma fraqueza fundamental: não pode durar. Se a inflação pudesse continuar para sempre, não existiria qualquer razão para dizer aos governos para estes não inflacionarem. Mas o facto mais certo da inflação é que, mais tarde ou mais cedo, deve chegar ao fim. É uma política que não pode durar.

A longo prazo, a inflação chega ao seu fim com o colapso da moeda; chega à situação de catástrofe, tal como aquela na Alemanha em 1923. Em 1 de Agosto de 1914, o valor do dólar era de 4 marcos e 20 *pfennige*. Nove anos e três meses mais tarde, em Novembro de 1923, o dólar estava cotado a 4,2 biliões de marcos. Por outras palavras, o marco não valia nada. Já não

tinha qualquer valor.

Há uns anos, um autor famoso, John Maynard Keynes, escreveu: «No longo prazo, estamos todos mortos.» Isso é certamente verdade, lamento dizê-lo. Mas a questão é saber quão curto ou longo será o curto prazo? No século XVIII existiu uma senhora famosa, a Madame de Pompadour, a quem é atribuído o dito: «*Après nous le déluge*» («Depois de nós o dilúvio»). Madame de Pompadour teve a sorte de morrer no curto prazo. Mas a sua sucessora no cargo, Madame du Barry, sobreviveu ao curto prazo e foi decapitada no longo prazo. Para muitas pessoas o “longo prazo” rapidamente se torna no “curto prazo” – e quanto mais longa a inflação, mais breve o “curto prazo”.

Quanto tempo pode durar o curto prazo? Quanto tempo pode um banco central continuar uma inflação? Provavelmente enquanto as pessoas estiverem convencidas de que o governo, mais tarde ou mais cedo, mas não tarde demais, irá parar de emitir moeda e de diminuir o valor de cada unidade monetária.

Quando as pessoas deixam de acreditar nisso, quando percebem que o governo irá continuar sem qualquer intenção de parar, nessa altura começam a compreender que os preços amanhã estarão mais elevados do que estão hoje. Então, começam a comprar a qualquer preço, levando os preços a subir de tal maneira que sistema monetário colapsa.

Refiro o caso da Alemanha, que o mundo inteiro contemplava. Muitos livros descreveram os eventos desse tempo. (Embora eu não seja alemão, mas austríaco, vi tudo desde dentro: na Áustria, as condições não eram muito diferentes das da Alemanha; tal como não eram muito diferentes em muitos outros países europeus.) Durante vários anos, o povo alemão acreditou que a sua inflação era apenas algo temporário, e que em breve terminaria. As pessoas acreditaram nisso durante quase nove anos, até ao verão de 1923. Então, por fim, começaram a duvidar. Como a inflação continuava, as pessoas começaram a achar mais sensato comprarem o que fosse que estivesse disponível, em vez de

manterem dinheiro nos seus bolsos. Mais ainda, cogitaram que não deviam emprestar dinheiro, mas que, pelo contrário, seria muito boa ideia tornarem-se devedoras. E assim a inflação continuou a alimentar-se a si mesma.

E assim continuou na Alemanha até precisamente 20 de Novembro de 1923. As massas tinham acreditado que o dinheiro inflacionado era dinheiro real, mas então perceberam que as condições tinham mudado. No fim da inflação alemã, no Outono de 1923, as fábricas alemãs pagavam todas as manhãs aos seus trabalhadores a jorna adiantada. E o operário que vinha para a fábrica com a sua mulher entregava-lhe o seu salário – todos os milhões que recebia – imediatamente. E a senhora ia imediatamente a uma loja comprar qualquer coisa, o que quer que fosse. Ela compreendia aquilo que a maior parte das pessoas sabia naquela altura – que, de um dia para o outro, o marco perdia 50% do seu valor. O dinheiro, qual chocolate num forno quente, estava a derreter nos bolsos das pessoas. Esta última fase da inflação alemã não durou muito; após alguns dias, todo o pesadelo tinha acabado: o marco nada valia e uma nova moeda teve de ser estabelecida.

Padrão Ouro

Lorde Keynes, o mesmo homem que disse que «no longo prazo estamos todos mortos», enquadrou-se numa longa linha de autores inflacionistas do século XX. Todos eles escreveram contra o padrão-ouro. Quando Keynes atacou o padrão-ouro, chamou-lhe de “reliquia bárbara”. E a maior parte das pessoas hoje considera ridículo falar de um regresso ao padrão-ouro. Nos Estados Unidos, por exemplo, é-se considerado mais ou menos um sonhador se se diz: «Mais tarde ou mais cedo, os Estados Unidos terão de voltar ao padrão-ouro.”

Contudo, o padrão-ouro tem uma tremenda virtude: a quantidade de moeda sob o padrão-ouro é independente das políticas dos governos e dos partidos políticos. Esta é a sua vantagem. É uma forma de protecção contra governos

despesistas. Se, sob o padrão-ouro, se solicita ao governo que gaste dinheiro em algo novo, o ministro das finanças pode dizer: «E onde vou eu arranjar o dinheiro? Digam-me, primeiro, como é que vou encontrar dinheiro para esta despesa adicional.»

Num sistema inflacionista, nada é mais simples para os políticos do que ordenar à Casa da Moeda a disponibilização de quanto dinheiro eles precisem para os seus projectos. Num padrão-ouro, há muito maiores hipóteses de um governo sensato; os seus líderes podem dizer ao povo e aos políticos: «Não o podemos fazer a não ser que aumentemos os impostos.»

Porém, em contextos inflacionistas, as pessoas adquirem o hábito de olhar para o governo como uma instituição que tem meios ilimitados à sua disposição: o estado, o governo, podem fazer tudo. Se, por exemplo, a nação deseja uma nova auto-estrada, é esperado que o governo a construa. Mas onde irá o governo arranjar o dinheiro?

Pode-se dizer que nos Estados Unidos de hoje – e até mesmo no passado, sob McKinley – o Partido Republicano era mais ou menos a favor de uma moeda estável e do padrão-ouro, e o Partido Democrata era a favor da inflação – claro que não de uma inflação do papel-moeda, mas de uma inflação da prata.

Contudo, foi um presidente Democrata dos Estados Unidos, o Presidente Cleveland, quem, no fim da década de 1880, vetou uma decisão do Congresso de ofertar uma pequena quantia – cerca de \$10.000 – para ajudar uma comunidade que tinha sofrido um certo desastre. E o Presidente Cleveland justificou o seu veto escrevendo que «Embora seja o dever dos cidadãos de apoiar o governo, não é o dever do governo apoiar os cidadãos.» Isto é algo que todos os estadistas deveriam escrever na parede do seu gabinete para mostrarem às pessoas que lhes vêm pedir dinheiro.

Sinto-me bastante constrangido pela necessidade de simplificar estes problemas. Existem tantos problemas complexos no sistema monetário, e eu não teria escrito livros inteiros sobre este tema se ele fosse tão simples como o descrevo

aqui. Mas o princípio fundamental é precisamente este: se se aumenta a quantidade de moeda, provoca-se uma descida do poder de compra da unidade monetária. É isto que as pessoas cujos assuntos privados são afectados de forma negativa não gostam. As pessoas que não são beneficiadas pela inflação são as que se queixam.

Se a inflação é má e se as pessoas compreendem isso, porque é que ela se tornou quase um modo de vida em todos os países? Mesmo alguns dos países mais ricos sofrem desta doença. Os Estados Unidos são certamente hoje em dia o país mais rico do mundo, com o nível de vida mais elevado. Mas quando viajamos pelos Estados Unidos, descobrimos que existe um debate constante sobre a inflação e sobre a necessidade de a travar. Só que é apenas conversa; não se age.

Inflação e Taxas Salariais

Para vos dar alguns factos: após a Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha regressou à paridade pré-guerra da libra. Ou seja, revalorizou a libra em alta. Isto fez aumentar o poder de compra do salário de todos os trabalhadores. Num mercado livre, o salário *nominal* (expresso em dinheiro) teria descido para compensar, e o salário *real* dos trabalhadores não teria sofrido qualquer alteração. Não temos aqui tempo para discutir as razões para isso acontecer. Mas os sindicatos na Grã-Bretanha não estavam dispostos a aceitar um ajustamento em baixa dos salários nominais na mesma medida em que o poder de compra da unidade monetária aumentara. Portanto, os salários *reais* subiram consideravelmente em resultado desta medida monetária. Isto constituiu uma grave catástrofe para a Inglaterra, pois a Grã-Bretanha é um país predominantemente industrial que tem de importar matérias-primas, bens semi-acabados, e bens alimentares para viver, e tem de exportar bens acabados para pagar por estas importações. Com a subida do valor internacional da libra, o preço dos bens britânicos subiu nos

mercados externos e as vendas e exportações desceram. Graças a esta política de preços, a Grã-Bretanha essencialmente excluiu-se a si própria do mercado mundial.

Os sindicatos não podiam ser derrotados. Vocês sabem o poder de um sindicato hoje em dia. É-lhe dado o direito, praticamente o privilégio, de recorrer à violência. Por essa razão, uma ordem de um sindicato não é menos importante do que, digamos, um decreto governamental. Um decreto governamental é uma ordem para cuja aplicação o aparelho de coacção governamental – a polícia – está pronto. Temos de obedecer aos decretos governamentais, caso contrário teremos problemas com a polícia.

Infelizmente, temos hoje, em quase todos os países do mundo, um segundo poder em posição de exercer a força: os sindicatos. Os sindicatos determinam um salário e de seguida entram em greve para o conseguirem impor, da mesma maneira que o governo poderia decretar um salário mínimo. Não irei discutir a questão sindical agora; debruçar-me-ei sobre ela mais tarde. Apenas quero salientar que a política sindical visa elevar o nível salarial acima do que seria num mercado livre. Como resultado, uma parte considerável da força de trabalho potencial só poderá ser empregada por pessoas ou empresas que estejam dispostas a sofrer prejuízos. E, como os negócios não podem manter-se em prejuízo continuamente, fecham portas e as pessoas vão para o desemprego. O estabelecimento de um nível salarial acima do que se verificaria no mercado livre resulta sempre no desemprego de uma parte substancial da força de trabalho potencial.

Na Grã-Bretanha, o resultado de um nível salarial demasiado elevado imposto pelos sindicatos foi um desemprego prolongado, ano após ano. Milhões de trabalhadores ficaram desempregados, os níveis de produção desceram a pique. Até mesmo os peritos estavam perplexos. Nesta situação, o governo britânico tomou uma medida que considerou indispensável e de emergência: *desvalorizou* a sua moeda.

O resultado foi que o poder de compra dos salários

nominais, nos quais os sindicatos tinham insistido, deixou de ser o mesmo. Os salários *reais*, os salários em termos de produtos, diminuíram. Agora o trabalhador já não conseguia comprar tanto como pudera antes, embora os salários nominais permanecessem os mesmos. Desta forma, pensava-se, os salários *reais* regressariam aos níveis de mercado livre e o desemprego desapareceria.

Esta medida, a desvalorização, foi adoptada por vários outros países, pela França, Países Baixos e Bélgica. Houve um país que até recorreu duas vezes a esta medida, num período de um ano e meio. Esse país foi a Checoslováquia. Foi um método sub-reptício, por assim dizer, de contrariar o poder dos sindicatos. Não se pode dizer que tenha sido um verdadeiro sucesso, no entanto.

Ao fim de uns anos, as pessoas, os trabalhadores, os sindicatos, começaram a perceber o que se passava. Começaram a perceber que a desvalorização da moeda tinha reduzido os seus salários reais. Os sindicatos tinham o poder para se opor a isto. Em muitos países, inseriram uma cláusula nos contratos de trabalho que estipulava que os salários deveriam subir automaticamente na medida em que subissem os preços. A isto se chama indexação. Os sindicatos haviam-se tornado conscientes do índice de preços. E eis a razão por que este método de “solucionar o desemprego”, que o governo da Grã-Bretanha iniciou em 1931 – e que foi mais tarde adoptado por quase todos os governos mais importantes – já não funciona hoje em dia.

Em 1936, na sua *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, Lorde Keynes infelizmente elevou este método – i.e. as medidas de emergência do período entre 1929 e 1933 – a um *princípio*, a um sistema de política económica. E justificou-o dizendo, essencialmente, que «O desemprego é mau. Se querem que o desemprego desapareça, têm de inflacionar a moeda.»

Ele percebia muito bem que os salários podem ser demasiado elevados para o mercado, isto é, demasiado elevados para que seja rentável a um empregador aumentar a sua força

de trabalho, e, portanto, demasiado elevados do ponto de vista da totalidade da população trabalhadora, pois, com os salários impostos pelos sindicatos acima do nível de mercado, apenas uma parte das pessoas ávidas de receber ordenado conseguem obter emprego.

Keynes disse, efectivamente, que «O desemprego massificado, prolongado ano após ano, é certamente uma condição deveras insatisfatória.» Mas, em vez de sugerir que os salários podiam e deveriam ser ajustados às condições de mercado, disse, essencialmente, que «Se desvalorizarmos a moeda e os trabalhadores não forem suficientemente espertos para o perceber, eles não oferecerão resistência a uma descida dos salários reais, desde que os salários nominais se mantenham os mesmos.» Por outras palavras, Lorde Keynes estava a dizer que, se uma pessoa receber o mesmo montante de dinheiro hoje que recebia antes de a moeda ser desvalorizada, essa pessoa não compreenderá que está agora, na prática, a receber menos.

Falando à antiga, o que Keynes propunha era vigarizar os trabalhadores. Em vez de declarar abertamente que os salários têm de ser ajustados às condições do mercado – pois, se não o forem, uma parte da força de trabalho permanecerá inevitavelmente no desemprego – disse, na prática, que «O pleno emprego só poderá ser alcançado por via da inflação. Enganem os trabalhadores.» O facto mais interessante, contudo, é que quando a sua *Teoria Geral* foi publicada, já não era possível enganá-los, pois as pessoas já se tinham tornado conscientes do índice de preços. Mas o objectivo de pleno emprego permaneceu.

Salários e “Pleno Emprego”

O que significa “pleno emprego”? Na verdade, tem que ver com um mercado de trabalho livre de intervenção, que não seja manipulado pelo governo nem pelos sindicatos. Neste mercado, o salário para cada tipo de trabalho tende para um ponto em que todas as pessoas que desejam emprego conseguem obtê-lo e em

que todos empregadores conseguem contratar tantas pessoas quantas necessitem. Se houver um aumento da procura de mão-de-obra, os salários tenderão a ser maiores, e se menos trabalhadores forem necessários, os salários tenderão a descer.

O único método pelo qual se pode atingir uma situação de “pleno emprego” é através da manutenção de um mercado de trabalho livre de intervenção. Isto é válido para qualquer tipo de trabalho e para qualquer tipo de produto.

O que faz um empresário quando quer vender uma mercadoria por cinco dólares a unidade? Quando não a consegue vender a esse preço, diz-se na gíria comercial que «o inventário não está a escoar.» Mas *tem* de escoar. O empresário não pode reter as coisas, pois precisa de comprar outras novas; as modas mudam. E, portanto, ele vende a um preço mais baixo. Se não consegue vender a mercadoria a cinco dólares, deve vendê-la a quatro. Se não consegue vendê-la a quatro, deve vendê-la a três. Não tem outra escolha enquanto se mantiver de portas abertas. Pode sofrer prejuízos, mas esses prejuízos devem-se ao facto de ter errado na sua antecipação do mercado para o seu produto.

O mesmo se passa com os muitos milhares de jovens que chegam todos os dias das províncias agrícolas à cidade para tentar ganhar dinheiro. Acontece em todas as nações industriais. Nos Estados Unidos vêm para a cidade com a ideia de que deveriam ganhar, digamos, cem dólares por semana. Isso pode bem ser impossível. E então uma pessoa que não consiga emprego por cem dólares semanais terá de tentar obter emprego por noventa ou oitenta dólares, e talvez até menos. Mas se ele dissesse – como os sindicatos dizem – «ou cem dólares por semana ou nada», então bem poderia ter de permanecer no desemprego. (Muitos não se importam de ficar no desemprego, pois o governo paga subsídios de desemprego – obtidos a partir de impostos especiais sobre os patrões – que são por vezes quase tão elevados como os salários que o jovem receberia se estivesse empregado.)

Como um certo número de pessoas acredita que o pleno

emprego apenas pode ser alcançado através da inflação, a inflação é aceite nos Estados Unidos. Mas as pessoas discutem a seguinte questão: Deveríamos ter dinheiro estável com desemprego, ou inflação com pleno emprego? Esta é de facto uma análise muito perniciosa.

Para lidar com este problema, temos de levantar a seguinte questão: Como poderemos melhorar a condição dos trabalhadores e de todos os outros grupos da população? A resposta é: Mantendo um mercado de trabalho livre de intervenção, alcançando, desse modo, o pleno emprego. O nosso verdadeiro dilema é o seguinte: Deverá o mercado determinar os salários, ou deverão estes ser determinados pela pressão e compulsão dos sindicatos? O dilema não é «devemos ter inflação ou desemprego?».

Esta análise errada do problema é discutida em Inglaterra, em países europeus industrializados e mesmo nos Estados Unidos. E algumas pessoas dizem: «Olhem, até mesmo os Estados Unidos estão a inflacionar. Porque é que não haveremos de fazer o mesmo?»

A estas pessoas devemos responder primeiro que tudo que «Um dos privilégios de um homem rico é que ele pode dar-se ao luxo de ser estúpido durante muito mais tempo do que um homem pobre.» E é esta a situação nos Estados Unidos. A política financeira dos Estados Unidos é muito má e está cada vez pior. Mas talvez os Estados Unidos se possam dar ao luxo de serem tolos durante um pouco mais do que os outros países.

A coisa mais importante a recordar é que a inflação não é um acto de Deus; a inflação não é uma catástrofe dos elementos ou uma doença que aparece como uma praga. A inflação é uma *política* – uma política deliberada de pessoas que recorrem a ela porque a consideram um mal menor do que o desemprego. Mas o facto é que, no (não muito) longo prazo, a inflação *não* cura o desemprego.

A inflação é uma política. E uma política pode ser mudada. Por conseguinte, não existe qualquer razão para ceder perante a inflação. Se encararmos a inflação como um mal, então temos

de parar de inflacionar. Temos de equilibrar o orçamento do estado. É evidente que a opinião pública terá de o apoiar; e os intelectuais terão de ajudar as pessoas a compreender. Dado o apoio da opinião pública, é certamente possível aos representantes eleitos do povo abandonarem a política da inflação.

Temos de recordar que, no longo prazo, podemos bem estar todos mortos e certamente estaremos todos mortos. Mas devemos organizar os nossos assuntos terrenos, durante o curto prazo em que temos de viver, da melhor maneira possível. E uma das medidas necessárias para este fim é a de abandonar as políticas inflacionárias.

5^a Lição

Investimento Estrangeiro

Algumas pessoas denominam os programas de liberdade económica de programas “negativos”. Dizem: «O que é que vocês, liberais, querem na verdade? São contra o socialismo, a intervenção governamental, a inflação, a violência sindical, as tarifas proteccionistas. ... Vocês dizem “não” a tudo.»

Considero que esta afirmação é uma formulação facciosa e superficial do problema. Pois é possível formular um programa liberal de forma *positiva*. Se uma pessoa diz: «Sou contra a censura», ela não está a ser “negativa”; ela está a *favor* de que os autores tenham o direito de determinar aquilo que querem publicar sem a interferência do governo. Isto não é negativismo; isto é precisamente liberdade. (É claro que, quando uso o termo “liberal” a respeito das condições do sistema económico, refiro-me ao sentido *clássico* do termo.)

Actualmente, a maior parte das pessoas considera insatisfatórias as diferenças assinaláveis que se verificam entre os padrões de vida dos diversos países. Há duzentos anos, as condições na Grã-Bretanha eram muito piores do que são hoje na Índia. Mas os britânicos em 1750 não se intitulavam de “subdesenvolvidos” ou “atrasados”, pois não estavam em posição de comparar as condições do seu país com as de países cujas condições fossem mais satisfatórias. Actualmente, todas as pessoas que não atingiram o padrão de vida médio dos Estados Unidos acreditam que existe algo de errado com a sua situação

económica. Muitos destes países denominam-se a si mesmos de países “em vias de desenvolvimento” e, como tal, pedem ajuda aos países chamados de “desenvolvidos” ou até “sobre-desenvolvidos”.

Melhores Ferramentas Aumentam a Produção

Deixem-me explicar a realidade desta situação. O padrão de vida é mais baixo nos chamados países em vias de desenvolvimento porque o rendimento médio para o mesmo tipo de trabalho é mais baixo nesses países do que em alguns países da Europa Ocidental, no Canadá, no Japão e, especialmente, nos Estados Unidos da América. Se tentarmos encontrar as razões para esta diferença, é preciso compreendermos que ela não se deve a uma inferioridade dos trabalhadores. Existe entre alguns grupos de trabalhadores norte-americanos a inclinação para acreditar que eles próprios são melhores do que os de outros povos – que é pelo seu próprio mérito que ganham salários superiores aos de outros povos.

Seria apenas necessário que um trabalhador americano visitasse outro país – digamos, por exemplo, a Itália, de onde muitos trabalhadores americanos vieram – para descobrir que não são as suas qualidades pessoais, mas sim as condições do seu país que tornam possível que ele receba um salário mais elevado. Se um trabalhador da Sicília emigrasse para os Estados Unidos, não demoraria muito até que estivesse a receber um salário habitual nos Estados Unidos. E se esse mesmo trabalhador regressar à Sicília, descobrirá que a sua visita aos Estados Unidos não lhe atribuiu qualidades que lhe garantam um salário superior aos dos seus compatriotas da Sicília.

De igual modo, também não se pode explicar esta situação económica assumindo simplesmente que existe algum tipo de inferioridade da parte dos empresários fora dos Estados Unidos. É um facto que, fora dos Estados Unidos, Canadá, Europa

Ocidental e algumas partes da Ásia, o equipamento das fábricas e os métodos tecnológicos são, na sua maioria, inferiores aos que existem nos Estados Unidos. Mas tal não se deve à ignorância dos empresários desses países “subdesenvolvidos”. Eles sabem muito bem que as fábricas nos Estados Unidos e no Canadá estão muito melhor equipadas. Eles próprios sabem tudo o que é preciso saber sobre a tecnologia necessária ou, se não o sabem, têm a oportunidade de aprender através de manuais e revistas técnicas que disseminam este conhecimento.

Uma vez mais: a diferença não está na inferioridade pessoal ou na ignorância. A diferença está na oferta de capital, na quantidade de bens de capital disponível. Por outras palavras, o montante de capital investido por unidade da população é maior nas ditas nações avançadas do que nos países em vias de desenvolvimento.

Um empresário não pode pagar a um trabalhador mais do que o montante acrescentado pelo trabalho desse empregado ao valor do produto. Não pode pagar-lhe mais do que os clientes estão dispostos a pagar pelo trabalho *adicional* deste trabalhador. Se lhe pagar mais, não recuperará as suas despesas da parte dos clientes. Incorrerá em prejuízos e, como já inúmeras vezes assinalai, e como toda a gente sabe, um empresário que incorra em prejuízos terá de mudar o seu modelo de negócio ou então irá à falência.

Os economistas descrevem este estado de coisas dizendo que «os salários são determinados pela produtividade marginal do trabalho». Esta é apenas uma outra expressão para aquilo que eu acabei de explicar. É um facto que o valor do salário é determinado pelo montante que o trabalho de uma pessoa acrescenta ao valor do produto. Se uma pessoa trabalha com ferramentas melhores e mais eficientes, pode então produzir numa hora muito mais do que uma outra que disponha de meios menos eficientes. É óbvio que 100 trabalhadores numa fábrica de sapatos americana, equipada com as máquinas e ferramentas mais modernas, produzem muito mais no mesmo período de tempo do que 100 sapateiros indianos, que têm de

trabalhar com ferramentas antiquadas e de uma forma menos sofisticada.

Os empregadores de todos estes países em vias de desenvolvimento sabem muito bem que ferramentas melhores tornariam as suas empresas mais rentáveis. Eles bem gostariam de construir mais e melhores fábricas. A única coisa que os impede de o fazer é a escassez de capital. A diferença entre os países menos desenvolvidos e os mais desenvolvidos é uma função de tempo: os britânicos começaram a poupar mais cedo do que todas as outras nações, e começaram também mais cedo a acumular capital e a investi-lo em negócios. Como começaram mais cedo, gerou-se na Grã-Bretanha um padrão de vida superior ao de todos os outros países europeus. Gradualmente, todas as outras nações começaram a estudar as condições britânicas, e não lhes foi difícil descobrirem a razão para a riqueza da Grã-Bretanha. Daí que começaram a imitar os métodos das empresas britânicas.

Como outras nações começaram mais tarde, e como os britânicos não pararam de investir o seu capital, continuou a existir uma grande diferença entre as condições em Inglaterra e as condições nesses outros países. Mas algo sucedeu que causou o desaparecimento dessa vantagem inicial da Grã-Bretanha.

Investimento Estrangeiro Britânico

O que sucedeu foi o maior acontecimento na história do século XIX, e com isto não me refiro apenas à história de um país individual. Este grande acontecimento foi o desenvolvimento, no século XIX, do *investimento estrangeiro*. Em 1817, o grande economista Ricardo ainda tomava como garantido que o capital poderia ser investido apenas dentro das fronteiras de um determinado país. Ele tomava como garantido que os capitalistas não tentariam investir no exterior. Mas algumas décadas depois, o investimento de capital no estrangeiro começou a desempenhar um papel importantíssimo nos assuntos mundiais.

Sem o investimento de capital, teria sido necessário às nações menos desenvolvidas do que a Grã-Bretanha começar com os métodos e a tecnologia com os quais os britânicos haviam começado no início e meados do século XVIII, e então, lentamente, passo a passo – sempre muito atrás do nível tecnológico da economia britânica – tentarem imitar aquilo que os britânicos tinham feito.

Teria demorado muitas e muitas décadas até que esses países atingissem o padrão de desenvolvimento tecnológico que a Grã-Bretanha havia alcançado cem ou mais anos antes deles. O grande acontecimento que ajudou todos esses países foi o investimento estrangeiro.

Investimento estrangeiro significava que os capitalistas britânicos investiam capital britânico noutras partes do mundo. Primeiro começaram por investi-lo em todos aqueles países europeus que, na perspectiva da Grã-Bretanha, tinham falta de capital e se encontravam atrasados no seu desenvolvimento. É um facto bastante conhecido que os caminhos-de-ferro da maioria dos países europeus, e também dos Estados Unidos, foram construídos com a ajuda de capital britânico. Como sabem, o mesmo aconteceu neste país, na Argentina.

As companhias de gás em todas as cidades europeias eram também britânicas. Em meados da década de 1870, um autor e poeta britânico criticou os seus concidadãos. Dizia ele: «Os britânicos perderam o seu vigor de antigamente e não têm já nenhuma ideia nova. Já não são uma nação líder ou importante no mundo.» Ao que o grande sociólogo Herbert Spencer respondeu: «Olhe para o continente europeu. Todas as capitais europeias só têm luz porque uma companhia de gás britânica lhes fornece o gás.» Claro que isto era na época, que nos parece “remota”, da luz a gás. E ainda respondendo ao tal crítico britânico, Herbert Spencer acrescentou: «O senhor diz que os alemães se encontram muito mais avançados do que a Grã-Bretanha. Mas olhe para a Alemanha. Até mesmo Berlim, a capital do Reich Alemão, a capital do *Geist*, estaria às escuras se

uma companhia de gás britânica não tivesse invadido o país e iluminado as ruas.»

Da mesma forma, o capital britânico desenvolveu os caminhos-de-ferro e muitos ramos da indústria nos Estados Unidos. Obviamente, na medida em que um país importe capital, a sua balança comercial encontrar-se-á numa posição que os não-economistas denominam de “desfavorável”. O que isso significa é que existe um excesso de importações sobre exportações. A razão para a “balança comercial favorável” da Grã-Bretanha era que os britânicos enviavam diversos tipos de equipamento para os Estados Unidos, e este equipamento não era pago com nada a não ser acções de empresas americanas. Este período da história americana durou, essencialmente, até à década de 1890.

Mas quando os Estados Unidos, com a ajuda do capital britânico – e mais tarde com a ajuda das suas próprias políticas pró-capitalistas – desenvolveram o seu próprio sistema económico de uma forma sem precedentes, os americanos começaram a recomprar as participações de capital que outrora tinham vendido aos estrangeiros. Nessa altura, os EUA passaram a ter um excedente de exportações sobre importações. A diferença era paga pela importação – pela repatriação, como se lhe chamava – de acções americanas.

Este período durou até à I Guerra Mundial. O que aconteceu depois é uma outra história. É a história dos subsídios americanos aos países beligerantes entre e após duas guerras mundiais: os empréstimos, os investimentos que os Estados Unidos fizeram na Europa, juntamente com os programas de *lend-lease*, de ajuda externa, o Plano Marshall, os alimentos que foram enviados além-mar, e outros subsídios. Realço isto porque as pessoas por vezes acreditam que é vergonhoso ou degradante ter capital estrangeiro a operar no seu país. É preciso que compreendam que, em todos os países com excepção da Inglaterra, o investimento de capital estrangeiro desempenhou um papel considerável no desenvolvimento das indústrias modernas.

Se vos digo que o investimento estrangeiro foi o maior acontecimento histórico do século xix, têm de pensar em todas aquelas coisas que não existiriam se não tivesse havido investimento estrangeiro. Todos os caminhos-de-ferro, os portos, as fábricas e as minas na Ásia, o Canal do Suez e muitas outras coisas no hemisfério ocidental não teriam sido construídas se não tivesse havido investimento estrangeiro.

Hostilidade a Investimento Estrangeiro

O investimento estrangeiro é feito na expectativa de que não será expropriado. Ninguém investe o que seja se souber de antemão que alguém expropriará os seus investimentos. Na altura em que estes investimentos estrangeiros foram feitos, no século xix e no princípio do século xx, a expropriação estava fora de questão. Desde o início, houve alguns países que mostraram uma certa hostilidade para com o capital estrangeiro, mas em geral compreendiam muito bem as enormes vantagens que obtinham com estes investimentos estrangeiros.

Em alguns casos, estes investimentos estrangeiros não eram feitos directamente em capitalistas estrangeiros, mas indirectamente através de empréstimos ao governo estrangeiro, que depois usava o dinheiro para investimentos. Foi este o caso, por exemplo, da Rússia. Por razões puramente políticas, nas duas décadas que antecederam a I Guerra Mundial, os franceses investiram na Rússia cerca de 20 mil milhões francos de ouro, emprestando-os principalmente ao governo russo. Todos os grandes empreendimentos do governo russo – por exemplo, o caminho-de-ferro que liga a Rússia desde os Urais até ao Pacífico, através do gelo e das neves da Sibéria – foram construídos sobretudo com capital estrangeiro emprestado ao governo russo. Como compreenderão, os Franceses não assumiram que um dia haveria um governo russo comunista que pura e simplesmente declararia que não iria pagar as dívidas contraídas pelo seu antecessor, o governo czarista.

A partir da Primeira Guerra Mundial, iniciou-se um

período de guerra aberta mundial contra o investimento estrangeiro. Como não há qualquer meio para impedir que um governo exproprie o capital investido, não existe no mundo de hoje praticamente nenhuma protecção legal aos investimentos estrangeiros. Os capitalistas não previram isto. Se os capitalistas dos países exportadores de capital o tivessem percebido, todos os investimentos estrangeiros teriam cessado há quarenta ou cinquenta anos. Mas os capitalistas não acreditaram que um país pudesse ser tão antiético ao ponto de repudiar a sua dívida ou de expropriar e confiscar o capital estrangeiro. Tais actos abriram um novo capítulo na história económica do mundo.

Com o fim do grande período no século XIX em que o capital estrangeiro ajudou a desenvolver, em todas as partes do mundo, métodos modernos de transporte, de manufactura, de mineração e de agricultura, surgiu uma nova era na qual os governos e os partidos políticos passaram a considerar o investidor estrangeiro um *explorador* que deveria ser expulso do país.

Os russos não foram os únicos pecadores nesta atitude anti-capitalista. Recordem-se, por exemplo, da expropriação dos campos petrolíferos americanos no México, e de todas as coisas que aconteceram *neste* país (Argentina) e que eu nem preciso de discutir.

A situação mundial hoje em dia, gerada pelo sistema de expropriação do capital estrangeiro, consiste ou na expropriação directa ou na expropriação indirecta através de controlos cambiais ou de discriminação fiscal. Este é um problema sobretudo nos países em desenvolvimento.

Vejam, por exemplo, a maior destas nações: a Índia. Sob o sistema britânico, o capital britânico – predominantemente britânico, mas também de outras nações europeias – foi investido na Índia. E os britânicos exportaram também para a Índia algo mais que tem de ser mencionado neste âmbito: os métodos modernos de luta contra as doenças infecciosas. O resultado foi um tremendo aumento da população indiana e um aumento correspondente dos problemas do país. Perante

esta situação que se agravava, a Índia voltou-se para a expropriação como meio de resolver os seus problemas. Mas não foi sempre a expropriação directa: o governo assediava os capitalistas estrangeiros, importunando os seus investimentos de tal maneira que eles se viam forçados a vender as suas posições.

A Índia podia, está claro, acumular capital por outro método: a acumulação *doméstica* de capital. No entanto, a Índia é tão hostil à acumulação doméstica de capital como a capitalistas estrangeiros. O governo indiano diz que quer industrializar a Índia, mas aquilo que realmente ambiciona são empresas *socialistas*.

Há uns anos, o famoso estadista Jawaharlal Nehru publicou uma colecção dos seus discursos. O livro foi publicado com a intenção de tornar mais atractivo o investimento estrangeiro na Índia. O governo indiano não se opõe ao investimento estrangeiro *antes* de ele ser investido. A hostilidade começa apenas quando *já está* investido. Neste livro – estou a citar literalmente do livro – o Sr. Nehru diz: «Obviamente que queremos socializar. Mas não nos opomos à iniciativa privada. Queremos encorajar de todas as maneiras a iniciativa privada. Queremos prometer aos empresários que investem no nosso país que não os iremos expropriar nem socializar durante pelo menos 10 anos, ou talvez ainda mais tempo.» E ele pensava mesmo que este seria um convite para ir para a Índia!

Os Governos Dificultam a Poupança

O problema – como sabem – é a acumulação doméstica de capital. Existem hoje, em todos os países, pesados impostos sobre as empresas. Na verdade, existe uma dupla tributação sobre as empresas. Primeiro, os lucros são pesadamente tributados, e depois os dividendos que as empresas pagam aos seus accionistas são novamente tributados. E isto é feito com escalões progressivos.

A tributação progressiva dos rendimentos e dos lucros significa que são colectadas precisamente aquelas partes do rendimento que as pessoas iriam poupar e investir. Tome-se o exemplo dos Estados Unidos. Há uns anos, existia um imposto sobre “lucros excedentários”, que significava que, por cada dólar ganho, a empresa ficava apenas com dezoito centimos. Quando estes dezoito centimos eram pagos aos accionistas, aqueles que detinham um grande número de acções tinham de pagar outros sessenta ou oitenta por cento, ou até mais, em impostos. Daquele dólar de lucro, eles retinham cerca de sete centimos, e noventa-e-três centimos iam para o governo. Destes noventa-e-três por cento, a maior parte teria sido poupada e investida. Em vez disso, o governo usou-a para despesa corrente. É esta a política dos Estados Unidos.

Penso que deixei claro que a política dos Estados Unidos não é um exemplo a ser seguido por outros países. Esta política dos Estados Unidos é pior do que má – é insana. A única coisa que acrescentarei é que um país rico pode dar-se mais ao luxo de ter políticas más do que um país pobre. Nos Estados Unidos, apesar de todos estes métodos de tributação, existe ainda uma acumulação adicional de capital e de investimento todos os anos, e portanto existe ainda uma tendência para uma melhoria do padrão de vida.

Porém, em muitos outros países, o problema é deveras crítico. Não existe poupança doméstica, ou pelo menos não é suficiente, e o investimento de capital estrangeiro é seriamente reduzido pelo facto de que estes países são abertamente hostis ao investimento estrangeiro. Como podem eles falar de industrialização, da necessidade de desenvolver novas fábricas, de melhorar as condições, de aumentar o nível de vida, de ter salários mais elevados e melhores meios de transporte, se fazem coisas que terão precisamente o efeito oposto? O que as suas políticas realmente fazem é impedir ou abrandar a acumulação de capital doméstico e colocar obstáculos no caminho do capital estrangeiro.

O resultado final é certamente muito mau. Semelhante

situação não tem como não provocar uma perda de confiança, e de facto existe cada vez mais desconfiança no mundo a respeito do investimento estrangeiro. Mesmo que os países em causa mudassem as suas políticas imediatamente e fizessem todas as promessas possíveis nesse sentido, é deveras duvidoso que conseguissem uma vez mais inspirar os capitalistas estrangeiros a investir.

É claro que existem alguns métodos para evitar estas consequências. Poder-se-ia estabelecer algum tipo de estatutos internacionais, e não apenas acordos, que removessem o investimento estrangeiro da jurisdição nacional. Isto é algo que as Nações Unidas poderiam fazer. Mas as Nações Unidas são apenas um ponto de encontro para discussões em vão. Se se compreende a enorme importância do investimento estrangeiro, se se compreende que apenas o investimento estrangeiro pode trazer uma melhoria nas condições políticas e económicas mundiais, poder-se-ia tentar fazer algo ao nível da legislação internacional.

Este é um problema jurídico bastante técnico, que apenas menciono porque a situação não é irremediável. Se o mundo quiser realmente possibilitar aos países em desenvolvimento uma elevação do seu nível de vida para o “padrão de vida americano”, então algo poderá ser feito – é apenas uma questão de compreender *como* se pode fazer.

Países em Vias de Desenvolvimento Necessitam de Capital

Aquilo que falta para tornar os países em vias de desenvolvimento tão prósperos como os Estados Unidos é apenas uma coisa: *capital* – e, é claro, a liberdade de o empregar sob a disciplina do mercado e não sob a disciplina do governo. Estas nações precisam de acumular capital doméstico e precisam de fazer com que seja possível que o capital estrangeiro venha para os seus países.

Para o desenvolvimento da poupança doméstica é necessário mencionar uma vez mais que a poupança doméstica por parte das massas da população pressupõe uma unidade monetária estável. Isto implica a ausência de *qualquer* tipo de inflação.

Uma grande parte do capital empregado nas empresas americanas é propriedade dos próprios trabalhadores e de outras pessoas com meios modestos. Milhares de milhões em contas-poupança, obrigações e apólices de seguro estão investidos nestas empresas. No mercado monetário americano de hoje em dia os principais credores já não são os bancos, mas sim as companhias de seguros. E o dinheiro da companhia de seguros é – não legalmente, mas economicamente – propriedade dos segurados. E praticamente toda a gente nos Estados Unidos é uma pessoa segurada, de uma forma ou outra.

O pré-requisito para uma maior igualdade económica é a industrialização. E esta só é possível através de um maior investimento de capital, de uma maior acumulação de capital. Provavelmente estão espantados por eu ainda não ter referido uma medida que é considerada um método primordial para a industrialização de um país. Refiro-me ao protecçionismo. Mas as tarifas e os controlos cambiais são precisamente os meios para *impedir* a importação de capital e de industrialização para um país. A única forma de aumentar a industrialização é ter mais capital. O protecçionismo apenas consegue desviar os investimentos de um sector económico para outro.

O protecçionismo, em si mesmo, não acrescenta nada ao capital de um país. Para abrir uma fábrica é preciso capital. Para melhorar uma fábrica já existente é preciso capital – e não tarifas.

Não desejo discutir toda a questão do comércio livre e do protecçionismo. Espero que a maioria dos vossos manuais de economia a expliquem de uma forma correcta. A “protecção” não muda a situação económica de um país para melhor. E o que *certamente* não a faz mudar para melhor é o sindicalismo. Se as condições são insatisfatórias, se os salários são baixos, se o trabalhador assalariado de um país olha para os Estados Unidos

e lê sobre o que ali se passa, se vê nos filmes como a casa de um americano médio está equipada com todos os confortos modernos, é natural que possa ficar invejoso. É perfeitamente correcto que diga: «Nós deveríamos ter o mesmo.» Mas a única maneira de o obter é através de um aumento do capital.

Os sindicatos fazem uso da violência contra os empreendedores e contra as pessoas a quem chamam de “fura-greves”. Apesar do seu poder e da sua violência, contudo, os sindicatos não são capazes de aumentar continuamente os salários para todos os assalariados. Igualmente ineficazes são os decretos governamentais que fixam salários mínimos. Aquilo que os sindicatos *realmente* provocam (se levam a sua avante de aumentar os salários)¹³ é um desemprego permanente e prolongado.

Mas os sindicatos não são capazes de industrializar um país, não são capazes de fazer subir o padrão de vida dos trabalhadores. E este é o ponto decisivo: é preciso compreender que todas as políticas de um país que vise melhorar o seu padrão de vida devem ser dirigidas para o aumento do capital investido *per capita*. Este investimento de capital *per capita* ainda está a aumentar nos Estados Unidos, apesar de todas as más políticas existentes naquele país. E o mesmo é verdade para o Canadá e para alguns países da Europa Ocidental. Mas está infelizmente a decrescer em países como a Índia.

Lemos todos os dias nos jornais que a população mundial está a aumentar, talvez 45 milhões de pessoas – ou até mais – por ano. E como é que isto acabará? Quais serão os resultados e

¹³ No original, “*wage rates*”, que poderia traduzir-se literalmente por “taxas salariais”. É importante notar a diferença entre “salários” enquanto preço da mão-de-obra por um determinado período de tempo (correspondente aos “*wage rates*”), e “salários” enquanto montante agregado da remuneração obtida pelos trabalhadores assalariados. Assim, o aumento dos salários (“*wage rates*”) exigido pelos sindicatos pode, paradoxalmente, levar à diminuição da remuneração salarial agregada – por via da diminuição do número de trabalhadores que conseguem obter emprego, conforme explicado pelo autor no texto. (N. da T.)

as consequências? Recordam-se do que eu disse sobre a Grã-Bretanha. Em 1750, os cidadãos britânicos acreditavam que seis milhões constituíam já uma tremenda sobrepopulação das Ilhas Britânicas e que estavam a caminho de fomes e pragas. Mas nas vésperas da última guerra mundial, em 1939, cinquenta milhões de pessoas viviam nas Ilhas Britânicas, e o padrão de vida era incomparavelmente mais elevado do que em 1750. Foi este o efeito daquilo a que se chama de industrialização – um termo deveras inadequado.

O progresso britânico foi proporcionado pelo aumento do investimento de capital *per capita*. Como disse antes, existe somente uma maneira para uma nação conseguir atingir a prosperidade: se aumentarem o capital, aumentarão a produtividade marginal do trabalho, e o efeito será o aumento dos salários reais.

Num mundo sem barreiras migratórias, haveria uma tendência para a igualização dos níveis salariais. Se não houvesse barreiras migratórias hoje em dia, provavelmente vinte milhões de pessoas tentariam chegar aos Estados Unidos todos os anos, por forma a obterem salários mais elevados. Este influxo reduziria os salários nos Estados Unidos, e aumentá-los-ia noutros países.

A Migração de Capital Aumenta os Salários

Não tenho aqui tempo para me debruçar sobre este problema das barreiras migratórias. Mas quero dizer que existe um outro método para a igualização dos níveis salariais em todo o mundo. Este outro método, que funciona na ausência de liberdade migratória, é a *migração de capital*. Os capitalistas têm a tendência para moverem o capital para aqueles países em que existe uma abundância de mão-de-obra e as relações laborais são razoáveis. E pelo facto de trazerem capital para estes países, provocam uma tendência para a subida dos salários. Isto funcionou no passado – e funcionará no futuro, da mesma forma.

Quando o capital britânico foi investido pela primeira vez na Áustria ou na Bolívia, por exemplo, os salários nestes países eram muito, mas muito mais baixos do que na Grã-Bretanha. Mas este investimento adicional provocou uma tendência para a subida dos salários nestes países. E esta tendência prevaleceu em todo o mundo. É um facto bastante bem conhecido que, por exemplo, assim que a United Fruit Company se instalou na Guatemala, o resultado foi uma tendência geral para a elevação dos salários, começando pelos salários que a United Fruit Company pagava, o que então tornou necessário que outros empregadores pagassem também salários mais altos. Assim, não existe de todo qualquer razão para estarmos pessimistas em relação ao futuro dos países “em vias de desenvolvimento”.

Concordo em absoluto com os comunistas e com os sindicatos quando dizem que «o que é necessário é melhorar o nível de vida.» Há um tempo, um professor publicou um livro nos Estados Unidos em que dizia: «Temos hoje quanto baste de tudo. Por que razão hão-de ainda as pessoas, no mundo, trabalhar tão arduamente? Nós já temos tudo.» Não tenho dúvida de que este professor tem tudo. Mas existem pessoas noutros países, e também muitas pessoas nos Estados Unidos, que querem e devem ter um melhor nível de vida.

Fora dos Estados Unidos – na América Latina, e ainda mais na Ásia e em África – toda a gente deseja ver melhores condições para o seu país. Um nível de vida mais elevado também leva a um nível de cultura e de civilização mais elevado.

Portanto, concordo plenamente com o derradeiro objectivo de melhorar o nível de vida em todo o lado. Mas discordo a respeito das medidas que devem ser adoptadas para atingir esse objectivo. Que medidas atingirão este objectivo? Não será o protecçãoismo, não será a interferência governamental, nem o socialismo, e certamente não será a violência sindical (eufemisticamente designada de negociação colectiva, mas que consiste, na verdade, em negociação *com uma arma apontada*).

Do meu ponto de vista, para atingir este objectivo, existe apenas um caminho! É um método lento. Algumas pessoas

podem até dizer que é demasiado lento. Mas não existem atalhos para um paraíso terrestre. Leva tempo, e é preciso trabalhar. Mas não leva tanto tempo como as pessoas julgam, e por fim chegar-se-á a uma igualização.

Por volta de 1840, na parte ocidental da Alemanha – na região da Suábia e Württemberg, que era uma das áreas mais industrializadas do mundo – dizia-se: «Nunca conseguiremos atingir o nível dos britânicos. Os ingleses tiveram uma vantagem de partida e estarão sempre à nossa frente.» Trinta anos mais tarde, os britânicos diziam: «Esta concorrência alemã, não conseguimos aguentá-la; temos de fazer algo contra ela.» Nessa época, como se depreende, o nível de rendimento alemão encontrava-se em rápida ascensão e aproximava-se, já nessa altura, do britânico. E actualmente o rendimento *per capita* alemão não se encontra de todo atrás do da Grã-Bretanha.

No centro da Europa, existe um pequeno país, a Suíça, que a natureza dotou muito parcamente. Não tem quaisquer minas de carvão, não tem minerais, e nenhuns recursos naturais. Mas o seu povo, ao longo dos séculos, prosseguiu continuamente políticas capitalistas. Desenvolveram o nível de vida mais elevado da Europa continental, e o seu país classifica-se como um dos grandes centros de civilização. Não vejo porque é que um país como a Argentina – que é muito maior do que a Suíça, tanto em população como em tamanho – não possa atingir o mesmo padrão de vida após alguns anos de boas políticas. Mas, como assinalei, as políticas têm de ser boas.

6^a Lição

Política e Ideias

Na Era do Iluminismo, naqueles anos em que os norteamericanos fundaram a sua independência, e alguns anos depois, quando as colónias espanholas e portuguesas se transformaram em países independentes, a disposição prevalecente na civilização Ocidental era optimista. Naquele tempo, todos os filósofos e estadistas estavam plenamente convencidos de que estávamos a viver uma nova era de prosperidade, progresso e liberdade. Nesses dias, as pessoas esperavam que as novas instituições políticas – os governos representativos constitucionais estabelecidos nas nações livres da Europa e da América – funcionariam de forma muito benéfica, e que a liberdade económica continuaria a melhorar continuamente as condições materiais da humanidade.

Sabemos muito bem que algumas destas expectativas eram demasiadamente optimistas. É certamente verdade que experimentámos, nos séculos XIX e XX, uma melhoria sem precedentes nas condições económicas, tornando possível que uma população muito maior vivesse sob um padrão de vida bastante superior. Mas sabemos também que muitas das esperanças dos filósofos do século XVIII foram seriamente desfeitas – esperanças de que não haveria mais guerras e que as revoluções já não seriam necessárias. Estas expectativas não se realizaram.

Durante o século XIX, houve um período em que as guerras diminuíram, tanto em número como em gravidade. Mas o século XX trouxe um ressurgimento do espírito bélico, e podemos com justiça dizer que não chegámos ainda ao fim das provações pelas quais a humanidade terá de passar.

Ideias Económicas e Política

O sistema constitucional que começou no final do século XVIII e no início do século XIX desapontou a humanidade. A maioria das pessoas – e também a maior parte dos autores – que se debruçaram sobre este problema parecem pensar que não existe qualquer ligação entre a vertente política e a vertente económica do problema. Assim, tendem a abordar com grande profundidade a decadência do parlamentarismo – o governo pelos representantes do povo – como se este problema fosse totalmente independente da situação económica e das ideias económicas que determinam as actividades das pessoas.

Ora, essa independência não existe. O homem não é um ser que tenha, de um lado, uma vertente económica e, de outro, uma vertente política, sem qualquer conexão entre as duas. Na verdade, aquilo que se vem denominando de decadência da liberdade, dos governos constitucionais e das instituições representativas é a consequência da mudança radical nas ideias económicas e políticas. Os acontecimentos políticos são a consequência inevitável da mudança nas políticas económicas.

As ideias que guiaram os estadistas, filósofos e juristas que, no século XVIII e nos inícios do século XIX, desenvolveram os fundamentos do novo sistema político, partiam do pressuposto de que, no seio de uma nação, todos os indivíduos honestos têm o mesmo objectivo final. Este objectivo final, ao qual todas as pessoas decentes se deveriam dedicar, é o bem-estar de toda a nação, e também o bem-estar de outras nações – estando estes líderes morais e políticos plenamente convencidos de que uma

nação livre não estará interessada na conquista. Concebiam a luta entre partidos como algo natural, pois que era perfeitamente normal haver diferenças de opinião relativamente à melhor maneira de conduzir os assuntos de estado.

Aquelas pessoas que tinham ideias similares sobre um determinado problema cooperavam entre si, e essa cooperação era chamada um partido. Mas uma estrutura partidária não era permanente; não dependia da posição dos indivíduos dentro de toda a estrutura social; poderia mudar se as pessoas se apercebessem de que as suas posições originais se baseavam em pressupostos errados, em ideias erradas. Deste posto de vista, muitos encaravam as discussões nas campanhas eleitorais e mais tarde nas assembleias legislativas um importante factor político. Os discursos dos membros de uma legislatura não eram considerados meros anúncios ao mundo daquilo que um determinado partido político almejava. Eram encarados como tentativas de convencer os grupos opositores de que as ideias do orador eram mais correctas, mais benéficas para o bem comum, do que as que haviam sido ouvidas anteriormente.

Discursos políticos, editoriais em jornais, panfletos e livros eram escritos com a intenção de persuadir. Não havia grande razão para se duvidar que alguém conseguiria convencer a maioria da absoluta justeza da sua posição, desde que as suas ideias fossem válidas. Foi desde este ponto de vista que os órgãos legislativos do início do século XIX escreveram as regras constitucionais.

Mas isto implicava que o governo não interferiria com as condições económicas do mercado. Implicava que todos os cidadãos tinham apenas um objectivo político: o bem-estar de todo o país e de toda a nação. E foi precisamente esta filosofia económica e social que o intervencionismo veio suplantar. O intervencionismo veio gerar uma filosofia bastante diferente.

Política de Grupos de Pressão

Segundo as ideias intervencionistas, é dever do governo apoiar, subsidiar, conceder privilégios a grupos especiais. A ideia dos estadistas do século XVIII era a de que os legisladores tinham ideias distintas sobre o bem comum. Mas aquilo que temos hoje, aquilo que vemos hoje na realidade da vida política, praticamente sem qualquer excepção, em todos os países do mundo onde não existe simplesmente uma ditadura comunista, é uma situação em que já não existem verdadeiros partidos políticos no sentido antigo e clássico do termo, mas somente *grupos de pressão*.

Um grupo de pressão é um grupo de pessoas que querem obter para elas mesmas um privilégio especial à custa do resto da nação. Este privilégio pode consistir numa tarifa sobre importações concorrentes, pode consistir num subsídio, pode consistir em leis que impeçam outras pessoas de concorrerem com os membros do grupo de pressão. Em qualquer dos casos, trata-se de conceder aos membros do grupo de pressão uma posição especial, de lhes conceder algo que é negado ou que deveria ser negado – de acordo com as ideias desse grupo de pressão – a outros grupos.

Nos Estados Unidos, o sistema bipartidário dos velhos tempos encontra-se ainda aparentemente preservado. Mas esta é apenas uma camuflagem da situação real. Na verdade, a vida política dos Estados Unidos – bem como a vida política de todos os outros países – é determinada pela luta e aspirações dos grupos de pressão. Nos Estados Unidos existe ainda um Partido Republicano e um Partido Democrata, mas em cada um destes partidos existem representantes dos grupos de pressão. Estes representantes dos grupos de pressão estão mais interessados na cooperação com os representantes do mesmo grupo de pressão do partido opositor do que com os esforços dos seus colegas do próprio partido.

Para vos dar um exemplo, se falarem com pessoas nos Estados Unidos que conheçam realmente os assuntos do Congresso, elas dir-vos-ão: «Este homem, este membro do

Congresso, representa os interesses da prata.» Ou dir-vos-ão que outro homem representa os produtores de trigo.

É evidente que cada um destes grupos de pressão é necessariamente uma minoria. Num sistema baseado na divisão do trabalho, cada grupo especial que aspira a privilégios é forçosamente uma minoria. E as minorias nunca têm hipótese de atingir o sucesso se não cooperarem com outras minorias similares, com grupos de pressão similares. Nas assembleias legislativas, tentam gerar coligações entre os vários grupos de pressão, para que possam vir a obter a maioria. Mas, passado um tempo, tais coligações frequentemente desintegram-se, pois aparecem problemas sobre os quais é impossível chegar a um acordo com os outros grupos de pressão, e aí formam-se novas coligações de grupos de pressão.

Foi isto que aconteceu em França em 1871, uma situação que os historiadores intitularam de “decadência da Terceira República”. Não se tratou de uma decadência da Terceira República; tratou-se simplesmente de mais um exemplo do facto de que o sistema dos grupos de pressão não é um sistema que possa ser aplicado com sucesso à governação de uma grande nação.

Nas legislaturas, temos os representantes do trigo, da carne, da prata e do petróleo, mas, acima de tudo, dos vários sindicatos. Há somente uma coisa que *não* está representada na legislatura: a nação como um todo. Existem apenas uns quantos que tomam o partido da nação como um todo. Todos os problemas, mesmo aqueles de política externa, são encarados desde o ponto de vista dos interesses especiais dos vários grupos de pressão.

Nos Estados Unidos, alguns dos estados menos populosos estão interessados no preço da prata. Mas nem toda a gente nesses estados está interessada nisso. No entanto, os Estados Unidos, durante muitas décadas, gastaram uma soma considerável de dinheiro, à custa dos contribuintes, para comprar prata acima do seu preço de mercado. Outro exemplo: nos Estados Unidos, apenas uma pequena parte da população

trabalha na agricultura; o resto da população é constituída por consumidores – mas não por produtores – de produtos agrícolas. A despeito disso, os Estados Unidos têm como política gastar milhões e milhões para manter os preços dos produtos agrícolas acima do preço potencial de mercado.

Não se pode dizer que se trata de uma política a favor de uma pequena minoria, porque estes interesses agrícolas não são uniformes. O produtor de leite não está interessado num preço elevado para os cereais; pelo contrário, preferiria um preço mais baixo para este produto. O criador de galinhas quer um preço mais baixo para a ração das galinhas. Há muitos interesses especiais incompatíveis dentro deste grupo. E, no entanto, uma diplomacia inteligente nos corredores do Congresso permite que pequenos grupos minoritários obtenham privilégios à custa da maioria.

Uma situação especialmente interessante nos Estados Unidos diz respeito ao açúcar. Talvez apenas um em cada 500 americanos esteja interessado num preço mais elevado para o açúcar. Provavelmente, 499 em cada 500 querem um preço mais baixo para o açúcar. No entanto, a política dos Estados Unidos está empenhada, através de tarifas e outras medidas especiais, em obter um preço mais elevado para o açúcar. Esta política não só é prejudicial aos interesses dos 499 consumidores de açúcar, como também cria um problema muito grave de política externa para os Estados Unidos. O objectivo da política externa é a cooperação com todas as outras repúblicas americanas, algumas das quais estão interessadas em vender açúcar aos Estados Unidos. Gostariam de lhes vender uma maior quantidade de açúcar. Isto ilustra como os interesses de grupos de pressão podem determinar até a política externa de uma nação.

Há já muitos anos que por esse mundo muita gente tem escrito sobre a democracia – sobre o governo popular, representativo. Têm-se queixado da sua inadequação, mas a democracia que criticam é somente a democracia sob a qual o *intervencionismo* é a política dominante do país.

Hoje pode ouvir-se as pessoas dizer: «No início do século XIX, nas legislaturas de França, Inglaterra, dos Estados Unidos e das outras nações, havia discursos sobre os grandes problemas da humanidade. Lutava-se contra a tirania, pela liberdade, pela cooperação com todas as outras nações. Mas agora nós somos mais práticos na legislatura!»

É evidente que somos mais práticos; as pessoas hoje em dia não falam sobre a liberdade: falam sobre *um preço mais alto para os amendoins*. Se isto é ser prático, então é claro que as legislaturas mudaram consideravelmente, mas não melhoraram.

Estas mudanças políticas, suscitadas pelo intervencionismo, reduziram consideravelmente o poder das nações e dos representantes para resistirem às aspirações dos ditadores e às manobras dos tiranos. Os representantes legislativos, cuja única preocupação é a de satisfazer os eleitores que desejam, por exemplo, um preço mais alto para o açúcar, para o leite e para a manteiga, e um preço mais baixo para o trigo (subsidiado pelo governo), não poderão representar o povo senão de uma forma muito débil; nunca poderão representar *todos* os seus constituintes.

Os eleitores que são a favor destes privilégios não compreendem que existem também oponentes que querem a coisa oposta e que impedem os *seus* representantes de atingirem o sucesso completo.

Este sistema leva também a um constante aumento das despesas públicas, por um lado, e torna mais difícil, por outro, a tarefa de cobrar impostos. Estes representantes dos grupos de pressão querem muitos privilégios especiais para os seus grupos de pressão, mas não querem sobrecarregar os seus apoiantes com uma carga fiscal demasiado pesada.

Intervencionismo e Interesses Especiais

Não era a ideia dos fundadores dos governos constitucionais modernos no século XVIII de que um legislador

deveria representar, *não* toda a nação, mas apenas os interesses especiais do distrito onde foi eleito; esta foi uma das consequências do intervencionismo. A ideia original era de que cada membro da legislatura *deveria* representar toda a nação. Ele era eleito num distrito específico apenas porque era aí conhecido e eleito por pessoas que tinham confiança nele.

Mas a intenção não era de que ele fosse para o governo com o intuito de reivindicar algo em especial para o seu círculo eleitoral, de que ele fosse pedir uma nova escola ou um novo hospital ou um novo asilo psiquiátrico – causando desta forma um aumento considerável das despesas governamentais no seu distrito. A política dos grupos de pressão explica porque é que é quase impossível para os governos travarem a inflação. Assim que os governantes eleitos tentam restringir os gastos, limitar a despesa, aqueles que defendem interesses especiais, que obtêm vantagens a partir de determinados itens do orçamento, aparecem e declaram que *este* projecto em particular não pode ser levado a cabo, ou que *aqueloutro* deve ser realizado.

A ditadura não é, evidentemente, a solução para os problemas da economia, tal como não é a resposta para os problemas da liberdade. Um ditador pode começar por fazer promessas de todo o género, mas, sendo um ditador, não cumprirá as suas promessas. Em vez disso, suprimirá imediatamente a liberdade de expressão, de modo que os jornais e os legisladores não possam assinalar – dias, meses ou anos depois – que no primeiro dia da sua ditadura ele disse algo diferente do que viria a dizer mais tarde.

Quando olhamos para o declínio da liberdade em tantos países actualmente, vem-nos à mente a terrível ditadura que um país tão grande como a Alemanha teve de viver no passado recente. Por isso, fala-se agora da decadência da liberdade e do declínio da nossa civilização.

Há quem diga que todas as civilizações devem por fim arruinar-se e desintegrar-se. Existem defensores eminentes desta ideia. Um deles foi um professor alemão, Spengler, e um

outro, muito mais conhecido, foi o historiador inglês Toynbee. Eles dizem-nos que a nossa civilização já está velha. Spengler comparou as civilizações às plantas, que crescem e crescem, mas cuja vida chega ao fim. O mesmo é verdade, diz ele, para as civilizações. A assimilação metafórica de uma civilização com uma planta é completamente arbitrária.

Primeiro, porque é muito difícil no âmbito da história da humanidade distinguir entre diferentes civilizações independentes. As civilizações não são independentes; são *interdependentes*, influenciam-se constantemente umas às outras. Não podemos, portanto, falar do declínio de uma civilização particular do mesmo modo que falamos da morte de uma determinada planta.

Inflação e Intervencionismo Destruíram a Civilização Romana

Mas mesmo que refutemos as doutrinas de Spengler e Toynbee, prevalece ainda uma comparação deveras popular: a comparação das civilizações decadentes. É certamente verdade que, no século II d.C., o Império Romano desenvolveu uma civilização florescente, e que, naquelas partes da Europa, Ásia e África que o Império Romano dominava, havia uma civilização deveras superior. Havia também uma superior civilização *económica*, baseada num certo grau de divisão do trabalho. Embora se afigure deveras primitiva quando comparada com as nossas condições de hoje em dia, não deixa de ser notável. Atingiu o grau mais elevado de divisão do trabalho jamais atingido antes do capitalismo moderno. Não é menos verdade que esta civilização se desintegrou, especialmente no século III. Esta desintegração no seio do Império Romano fez com que se tornasse impossível aos romanos resistirem às agressões do exterior. Embora estas agressões não fossem piores do que aquelas a que os romanos haviam resistido vezes sem conta nos séculos anteriores, já não conseguiram aguentá-las após o que

tinha acontecido no seio do Império Romano.

O que é que tinha acontecido? Qual foi o problema? O que é que causou a desintegração de um império que, sob todos os aspectos, atingiu o mais alto grau de civilização jamais alcançado antes do século XVIII? A verdade é que o que destruiu esta civilização antiga foi algo similar, quase idêntico aos perigos que ameaçam a nossa civilização actualmente: por um lado, o *intervencionismo*; e, por outro lado, a *inflação*. O intervencionismo do Império Romano consistia no facto de que o Império Romano, seguindo a política grega antecedente, não se abstinha de impor o controlo de preços. Este controlo de preços era ligeiro, praticamente sem quaisquer consequências, pois durante séculos não tentou reduzir os preços abaixo do nível de mercado.

Mas quando começou a inflação no século III, os pobres romanos não tinham ainda os nossos meios técnicos de inflação. Eles não podiam imprimir dinheiro; tinham de aviltar a cunhagem, e este era um sistema de inflação muito inferior ao sistema actual, o qual – através do recurso às impressoras modernas – consegue destruir tão facilmente o valor do dinheiro. Ainda assim, o deles era suficientemente eficiente, e levou ao mesmo resultado que o controlo de preços, pois os preços que as autoridades toleravam estavam agora abaixo do preço potencial a que a inflação havia levado os preços das várias mercadorias.

O resultado, está claro, foi que a oferta de bens alimentares nas cidades diminuiu. As pessoas das cidades viram-se obrigadas a voltar para o campo e a regressar à vida agrícola. Os romanos nunca se aperceberam do que se estava a passar. Não o compreendiam. Não tinham ainda desenvolvido as ferramentas mentais para interpretar os problemas da divisão do trabalho e as consequências da inflação sobre os preços de mercado. Que esta inflação do dinheiro, este aviltamento da moeda, era algo mau, isso, obviamente, eles sabiam-no muito

bem.¹⁴

Consequentemente, os imperadores fizeram leis contra este movimento. Surgiram leis que impediam o habitante citadino de se mudar para o campo, mas tais leis revelaram-se ineficazes. Como as pessoas nada tinham para comer na cidade, e estavam esfomeadas, não havia lei que as conseguisse manter na cidade e que as impedisse de voltar à agricultura. O habitante citadino já não podia trabalhar nas indústrias transformadoras das cidades como artesão. E, com o desaparecimento dos mercados nas cidades, já ninguém aí podia comprar o que fosse.

Por isso vemos que, a partir do século III, as cidades do Império Romano estavam em decadência e que a divisão do trabalho se tornara menos intensiva do que havia sido. Por fim, surgiu o sistema medieval da moradia auto-suficiente, ou vila, como era chamada em leis mais tardias.

Portanto, se as pessoas comparam as nossas condições com as do Império Romano e dizem: «Vamos acabar da mesma forma», elas têm algumas razões para o dizer. Há alguns factos que são similares. Mas existem também enormes diferenças. Estas diferenças não se encontram na estrutura política que prevaleceu na segunda parte do século III. Nessa altura, em média a cada três anos, era assassinado um imperador, e o homem que o assassinava ou que o mandava assassinar tornava-se o seu sucessor. Após três anos, em média, o mesmo acontecia ao novo imperador. Quando Diocleciano se tornou imperador, no ano 284, tentou durante algum tempo contra-arrastar a decadência, mas sem sucesso.

Apenas Boas Ideias Podem Iluminar a Escuridão

¹⁴ Mises parece referir-se às más consequências da inflação, à subida dos preços enquanto algo que os romanos percebiam como mau, e não à compreensão de que essas más consequências advinham do aviltamento da moeda. Só assim parece esta passagem manter-se coerente. (N. da T.)

Existem enormes diferenças entre as condições da actualidade e aquelas que prevaleciam em Roma, na medida em que as condições que causaram a desintegração do Império Romano não foram premeditadas. Não foram, diria eu, o resultado de doutrinas formalizadas repreensíveis.

Porém, em contraste, as ideias intervencionistas, as ideias socialistas, as ideias inflacionistas do nosso tempo foram engendradas e formalizadas por escritores e professores. E são leccionadas em escolas e universidades. Podem por isso dizer-me: «A situação hoje é muito pior.» Responderei: «Não, não é pior.» Na minha opinião, é melhor, pois as ideias podem ser derrotadas por outras ideias. Ninguém duvidava, no tempo dos imperadores romanos, de que o governo tinha o direito e que era boa política determinar preços máximos. Ninguém contestava isso. Mas agora que temos escolas e professores e livros que o recomendam, sabemos muito bem que se trata de um problema passível de discussão. Todas estas más ideias de que padecemos no presente, que tornaram as nossas políticas tão danosas, foram desenvolvidas por teóricos académicos.

Um famoso autor espanhol falava da “revolta das massas”.¹⁵ Devemos ser muito cautelosos na utilização deste termo, pois essa revolta não foi levada a cabo pelas massas: foi levada a cabo pelos intelectuais. E os intelectuais que desenvolveram estas doutrinas não eram homens vindos das massas. A doutrina marxista finge que só os proletários têm boas ideias e que só a mente proletária concebeu o socialismo, mas todos os autores socialistas, sem excepção, eram *burgueses* no sentido em que os socialistas usam este termo.

Karl Marx *não* era um homem do proletariado. Era filho de um advogado. Não teve de trabalhar para ir para a universidade. Estudou na universidade da mesma forma que os filhos de pessoas abastadas o fazem actualmente. Mais tarde, e durante o resto da sua vida, foi sustentado pelo seu amigo Friedrich Engels, que – sendo um fabricante – era o pior tipo de “burguês”,

¹⁵ José Ortega y Gasset, *La Rebelión de las Masas* (1930).

de acordo com as ideias socialistas. Na linguagem do marxismo, era um explorador.

Tudo o que acontece no mundo social do nosso tempo é o resultado de ideias. Coisas boas e coisas más. O que é preciso é combater as más ideias. Temos de combater tudo aquilo de que não gostamos da vida pública. Temos de substituir as ideias erradas por ideias melhores. Temos de refutar as doutrinas que promovem a violência sindical. Temos de nos opor à confiscação da propriedade, ao controlo de preços, à inflação e a todos esses males de que padecemos.

Ideias e apenas ideias podem iluminar a escuridão. Estas ideias têm de ser levadas ao público de uma forma que persuada as pessoas. Devemos convencê-las de que estas ideias são as ideias certas e não as erradas. A grande era do século XIX, os grandes feitos do capitalismo, foram o resultado das ideias dos economistas clássicos, de Adam Smith e David Ricardo, de Bastiat e outros.

O que é necessário é tão-somente substituir más ideias por ideias melhores. E isto, espero eu e estou confiante, será feito pela geração emergente. A nossa civilização não está condenada, como nos dizem Spengler e Toynbee. A nossa civilização não será conquistada pelo espírito de Moscovo. A nossa civilização deve e irá sobreviver. E sobreviverá através de ideias melhores do que aquelas que hoje governam a maior parte do mundo, e essas ideias melhores serão desenvolvidas pela geração emergente.

Considero um sinal muito bom o facto de que, enquanto, há 50 anos, praticamente ninguém tinha coragem de dizer o que quer que fosse a favor de uma economia livre, temos hoje, pelo menos em alguns dos países mais avançados do mundo, instituições que são centros para a propagação de uma economia livre, tais como, por exemplo, o Centro do vosso país, que me convidou a vir a Buenos Aires para dizer algumas palavras nesta grande cidade.

Não me foi possível dizer muito sobre estes assuntos importantes. Seis palestras podem ser muito para uma

audiência, mas não são suficientes para elaborar toda a filosofia de um sistema económico livre, e certamente não são suficientes para refutar todos os disparates que foram escritos nos últimos cinquenta anos sobre os problemas económicos com que estamos a lidar.

Estou muito grato a este centro por me ter dado a oportunidade de me dirigir a um público tão distinto, e espero que, dentro de alguns anos, o número daqueles que apoiam ideias de liberdade neste país, e noutros países, aumente consideravelmente. Eu próprio tenho plena confiança no futuro da liberdade, tanto política como económica.

Índice Onomástico e Remissivo

A

África, 13, 83, 93
Alemanha, 8, 14, 19, 22, 33, 43, 44, 45,
58, 59, 73, 83, 92
América, viii, 22, 32, 33, 56, 70, 83, 85
América Latina, 83
Anti-capitalista (mentalidade), 3, 5, 9, 76
Ásia, 70, 74, 83, 93
Áustria, 46, 59, 82

B

Banco central, 57, 59
Bastiat, Frédéric (1801-1850), 18, 97
Benegas-Lynch, Alberto, vii
Berlim, 8, 73
Bismarck, Otto von (1815-1898), 8
Bolívia, 82
Bonaparte, Napoleão, 27
Brasil, 30

Brüning, Heinrich (1885-1970), 44
Burguesia, 21, 22, 96
Burocracia, 43, 50

C

Cadillac, 8
Cálculo económico, 29, 30
Castas, 21
Centro de Difusión de la Economía
Libre, 15
Centro de Estudios sobre la Libertad,
15
Chevrolet, 8
Churchill, Winston (1874-1965), 45
Civilizações, 92, 93
Classes, 3, 8, 21, 22
Concorrência (liberdade de), 4, 5, 83
Confederação Suíça, 83
Congresso Nacional do Brasil, 61, 88, 90
Consumidor/Soberania do consumidor,
18

Controlo de preços/rendas, 38, 39, 40,
42, 43, 44, 46, 47, 94, 96

D

Desemprego, 11, 63, 64, 66, 67, 80
Desvalorização (da moeda), 63
Deus, 49, 56, 67
Diocleciano, 95
Diocleciano (imperador) (244-311), 95
Distrito Federativo da Sibéria, 75
Ditadura, viii, ix, 88, 92
Du Barry, Mme. Marie Jeanne Becu
(1743-1793), 58

E

Economia mista, 36, 37
Engels, Friedrich (1820-1895), 96
Escravidão, servidão, 20, 21, 43, 50
Estados Unidos da América, 5, 8, 13,
19, 22, 27, 31, 32, 43, 47, 48, 51, 52,
56, 60, 61, 65, 66, 69, 70, 73, 74, 77,
78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 88, 89, 90
Estaline, Josef (1878-1953), 25
Europa, 2, 7, 8, 13, 21, 22, 23, 24, 51, 70,
74, 81, 83, 85, 93
Ocidental, 13, 70, 81

F

Foch, general Ferdinand (1851-1929), 27
Ford, Henry (1863-1947), 11, 24
França, 21, 22, 23, 52, 63, 89, 90
Francesa, 22, 27, 39, 75
Franklin, Benjamin (1706-1790), 7
Führer, 44, 49

G

Gastos governamentais, 92
Geração Nós, 30, 40, 47, 80, 82
Göring, Hermann (1893-1946), 44
Grã-Bretanha, 11, 45, 46, 62, 63, 64, 69,
72, 73, 74, 81, 82, 83
Grande Guerra, 27, 57, 62, 75
Grupos de pressão, 88, 89, 90, 91, 92
Guatemala, 82

Guillotín, Joseph Ignace (1738-1814), 39

H

Hindemburgo, Plano de, 43
Hitler, Adolf (1889-1945), 20, 33, 44, 45,
49
Hoff, Trygve (1895-1982), 30
Hollywood, 9
Hungria, 7

I

Idade Média, 21, 23, 44
Iluminismo, 85
Império Romano, 38, 93, 94, 95
Império Russo, 44, 75
Índia, 2, 13, 21, 69, 71, 76, 77, 81
Indústria, 1, 3, 6, 8, 17, 24, 29, 45, 66, 73,
83
Inflação, 10, 37, 38, 43, 51, 53, 55, 56, 57,
58, 59, 60, 61, 65, 66, 67, 69, 79, 92,
93, 94, 95, 96
Inglaterra, 2, 5, 6, 7, 12, 22, 27, 43, 45,
46, 52, 62, 66, 72, 74, 83, 90
Intervencionismo, viii, ix, 37, 38, 45, 48,
87, 90, 91, 93, 95
Investimento de capital, 72, 74, 78, 80, 81
Itália, 22, 70

J

Japão, 70

K

Keynes, John Maynard (1883-1946), 58
Koether, George (1907-2006), ix

L

Lange, Oskar (1904-1965), 31
Lenine (Vladimir Ilyich Ulianov ou), 25, 26
Lenine, Vladimir, 25, 26
Liberdade, 16, 17
De Expressão/Imprensa, 16, 92
Económica, 15, 16, 24, 46, 69, 85
Religiosa, 16

M

Machlup, Fritz, vii
Marx, Karl, 10, 12, 13, 21, 22, 26, 30, 96
McKinley, William, 61
México, 76
Migração, 81, 82
 De Capital, 82
Mises, Ludwig von, 3, viii, ix, 94
Mises, Margit von, viii, ix

N

Nacional-Socialismo, 46
Nações Unidas, Organização das, 78
Necker, Jacques, 52
Nehru, Jawaharlal, 77

O

Oceania, 75
Ortega y Gasset, José, 96
Ouro, 51, 52, 60, 61, 75

P

Países em vias de desenvolvimento, 70,
 71, 79, 82
Pareto, Vilfredo, 23
Perón, Juan, vii, 50
Planeamento central, 24, 25
Polónia, 7, 31
Pompadour, Mme. Jeanne Antoinette
 Poisson de (1721-1764), 58
Portugal, 85
Poupança, 10, 11, 78, 79
Pré-capitalismo, 21, 23
Proteccionismo, 48, 69, 80, 83

R

Reino Unido, 2, 5, 6, 7, 21, 43, 45, 46, 62,
 63, 69, 72, 73, 74, 76, 81, 82, 83
República Federal da Alemanha, 27, 43,
 46, 73
Revolução Industrial, 6
Robespierre, Maximilien de, 39
Roma, 95
Rousseau, Jean Jacques (1712-1778), 17
Rousseau, Jean-Jacques, 17
Rússia (Federação Russa), 7, 31, 32, 33,
 46, 75

S

Sindicatos, 12, 62, 63, 64, 65, 66, 80, 81,
 82, 89
Smith, Adam, 97
Sombart, Werner (1863-1941), 49, 50
Speerhamland (sistema), 7
Spencer, Herbert (1820-1903), 73
Spengler, Oswald (1880-1936), 92, 93, 97
Staël, Mme. Anne Louise Germaine
 Necker de (1766-1817), 52
Suábia, 83

T

Toynbee, Arnold J. (1889-1975), 92, 93,
 97

V

Van Gogh, Vincent (1853-1890), 28

W

Württemberg, 83

Para vários artigos, ensaios e obras de Ludwig von Mises
e outros autores da Escola Austríaca de Economia

visite também o

INSTITUTO MISES PORTUGAL:

www.mises.pt

Outras obras de Ludwig von Mises, Murray Rothbard,
Hans-Hermann Hoppe e outros autores da
Escola Austríaca de Economia estão disponíveis na

CATALÁXIA EDITORA:

www.catalaxia.pt

